

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL E
DESENVOLVIMENTO LOCAL (POSMEX)**

ELTON JOSÉ DA CUNHA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E CAPITAL SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO
LOCAL DA PESCA E DA AQUICULTURA NO VALE DO PIANCÓ - PARAÍBA
(2003 – 2007)**

RECIFE-PE

2009

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL E
DESENVOLVIMENTO LOCAL - POSMEX**

ELTON JOSÉ DA CUNHA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E CAPITAL SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO
LOCAL DA PESCA E DA AQUICULTURA NO VALE DO PIANCÓ - PARAÍBA
(2003 – 2007)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEX) da Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local.

Orientador:

Prof. Dr. Angelo Brás Fernandes Callou

RECIFE-PE

2009

Ficha Catalográfica
Setor de Processos Técnicos da Biblioteca Central - UFRPE

Cunha, Elton José da

Políticas públicas e capital social para o desenvolvimento local da pesca e da aquicultura no Vale do Piancó - Paraíba (2003 – 2007)/ Elton José da Cunha.-- Recife, 2009.

81 p.: il.

Orientador: Angelo Brás Fernandes Callou

Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Educação, 2009.

Inclui anexo, apêndice e bibliografia

1. Pesca e aquicultura
2. Políticas públicas
3. Capital social
4. Desenvolvimento local
5. Vale do Piancó

I. Callou, Angelo Brás Fernandes

II. Título

ELTON JOSÉ DA CUNHA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E CAPITAL SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO
LOCAL DA PESCA E DA AQUICULTURA NO VALE DO PIANCÓ – PARAÍBA
(2003 – 2007)**

Dissertação apresentada como requisito final do Curso de Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, sob a orientação do Prof. Dr. Angelo Brás Fernandes Callou, na área de concentração de Extensão Rural para o Desenvolvimento Local.

Data da defesa: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente: _____

Orientador: Prof. Dr. Angelo Brás Fernandes Callou (UFRPE)

Membro: _____

Profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima de Andrade Leitão (UFRPE)

Membro: _____

Profa. Dra. Irenilda de Souza Lima (UFRPE)

Membro: _____

Dr. Sérgio Macedo Gomes de Mattos (SEAP/PR – Pernambuco)

Dedico este trabalho às pessoas mais importantes na minha vida:

Aos meus pais e avós: José Pais e Ivone Maria, e Marcos Fortunato (*in memorian*) e Severina Maria (*in memorian*), que nunca mediram esforços para me fornecer uma boa educação e formação profissional, além de terem conseguido vencer e criar seus filhos apesar de todas as dificuldades.

Em especial a minha irmã Elivânia Pais da Cunha que sempre me apoiou nas decisões importantes para minha realização profissional, até naquelas que ela não concorda.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por estar sempre me protegendo e mostrando o caminho da verdade, honestidade, ética, humanidade e, humildade para superar as dificuldades.

Aos meus pais: José Pais da Cunha e Ivone Maria da Silva, que apesar de não terem freqüentado a escola, me proporcionaram dentro das suas possibilidades a única coisa que nunca pode se tirar de alguém... “O conhecimento”.

Às irmãs: Elivânia Pais da Cunha, Iva Eliane da Cunha, Elineide Maria da Cunha, que passaram por todas as dificuldades e me ajudaram a vencer mais esta etapa, a Marcus Vitor por não me deixar quieto.

A minha esposa Ruthe da Costa Leão, que apesar de todas as dificuldades que passamos juntos teve paciência e me ajudou a superar grandes barreiras, além de gerar um filho que está por vir...

Ao meu orientador, Prof. Dr. Angelo Brás Fernandes Callou, pela atenção e extrema paciência durante a orientação deste trabalho.

A todos os técnicos e gestores das instituições estudadas que forneceram dados para compor esta pesquisa.

Aos Colegas da EMATER-PB, especialmente, da Regional de Itaporanga, que de alguma forma contribuíram para a execução desta pesquisa no Vale do Piancó, Paraíba, Brasil.

RESUMO

Este trabalho realiza um mapeamento das políticas públicas para o desenvolvimento local da pesca artesanal e da aquicultura na região do Vale do Piancó, Paraíba, entre 2003 e 2007, por meio dos projetos estabelecidos pelas organizações governamentais. Especificamente, analisa, nos projetos identificados, a construção do capital social interinstitucional para o desenvolvimento local. A importância do capital social na construção do desenvolvimento local (COSTA, 2003; FRANCO, 2005; SAWAYA, 2006) determinou que as preocupações desta pesquisa se voltassem para as parcerias estabelecidas para implantação dos projetos de pesca e aquicultura numa região com o potencial hídrico de dois bilhões de metros cúbicos d'água armazenados. Metodologicamente, partiu-se inicialmente para o mapeamento das políticas públicas através da internet, documentos impressos e relatórios das instituições governamentais que desenvolvem ações para este público no Vale do Piancó; num segundo momento, foram realizadas entrevistas com gestores, técnicos e representantes dos pescadores / aquicultores. Apesar de existirem diversos projetos propostos por sete organizações governamentais na região em estudo que atenderam quase a totalidade dos dezenove municípios estudados, nenhum conseguiu obter sustentabilidade. O capital social interinstitucional é reduzido, traduzido em parcerias que envolvem no máximo três organizações durante o planejamento e execução dos projetos. Esse tipo de capital social é proposto e deliberado em nível de Estado, mas não é construído a partir de discussões com as comunidades pesqueiras locais. Dessa forma, os atores do setor pesqueiro na região não se apropriam das parcerias, nem das políticas públicas. Tal fato pode estar contribuindo para os diversos insucessos dos projetos para a pesca e aquicultura no Vale do Piancó. Ficou evidenciada, nos projetos estudados, a fragilidade na formação do capital social interinstitucional a partir do local que contribua para o sucesso das políticas públicas destinadas ao setor pesqueiro para o desenvolvimento sustentável da região.

Palavras-chave: políticas públicas, pesca e aquicultura, capital social, desenvolvimento local.

ABSTRACT

This work accomplishes a mapping of the public politics for the local development of the craft fishing and of the aquacultura in the area of the Valley of the Piencó, Paraíba, between 2003 and 2007, through the established projects for the government organizations. Specifically, it analyzes, in the identified projects, the construction of the capital social interinstitucional for the local development. The importance of the social capital in the construction of the local development (COSTA, 2003; FRANCO, 2005; SAWAYA, 2006) it determined that the concerns of this research if they went back to the established partnerships for implantation of the fishing projects and aquacultura in an area with the potential of hydrous two billion cubic meters of water stored. For methodology, broke initially for the mapping of the public politics through the internet, documents printed and reports of the government institutions that develop actions for this public in Valley of the Piencó; in a second moment, interviews were accomplished with managers, technicians and representatives of the fishermen / aquamen. In spite of several projects they exist proposed by seven government organizations in the area in study that they almost assisted the totality of the nineteen studied city, none got to obtain sustainability. The capital social interinstitucional is reduced, translated in partnerships that involve at the most three organizations during the planning and execution of the projects. That type of social capital is proposed and deliberate in level of State, but it is not built starting from discussions with the local fishing communities. In that way, the actors of the fishing section in the area don't appropriate of the partnerships, nor of the public politics. Such fact can be contributing to the several failures of the projects for the fishing and aquacultura in Valley of the Piencó. It was evidenced, in the studied projects, the fragility in the formation of the capital social starting from the place that contributes to the success of the public politics destined to the fishing section for the maintainable development of the area.

Word-key: public politics, fishing and aquacultura, social capital, local development.

LISTA DE QUADROS, FIGURAS E TABELAS

Quadro 1 – Projetos da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap/PR) no Sertão da Paraíba	p. 19
Figura 1 – Região do Vale do Piancó (na cor azul)	27
Figura 2 – Potencial hídrico da região do Vale do Piancó	29
Figura 3 – Mapa das Instituições que desenvolveram políticas públicas / ações no Vale do Piancó para Pescadores ou Aquicultores (2003 e 2007)	31
Tabela 1 – Renda per capita (R\$) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios do Vale do Piancó	28
Tabela 2 – Ações planejadas pela Emater-PB, para o setor pesqueiro, Regional de Itaporanga (2004 – 2007)	36
Tabela 3 – Ações realizadas pela Emater-PB para o setor pesqueiro, Regional de Itaporanga (2004 – 2007)	37
Tabela 4 – Municípios atendidos pela distribuição de alevinos entre 2003 e 2007, contendo o número de açudes / produtores atendidos e de alevinos distribuídos	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAR	Associação de Crédito e Assistência Rural
AESA	Agência Executiva de Gestão da Águas do Estado da Paraíba
BB	Banco do Brasil
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CAIXA	Caixa Econômica Federal
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa

CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COOPERAR	Projeto de Redução da Pobreza Rural da Paraíba
COOPIR	Coletivo dos Pequenos Produtores de Itaporanga e Região
DAP	Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar
EMATER-PB	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba
EMEPA	Empresa de Pesquisa Agropecuária da Paraíba
EMPASA	Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FCO	Fundo Constitucional do Centro-Oeste
FNE	Fundo Constitucional do Nordeste
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBRAES	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Tecnológico, Educacional e Associativismo
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INTERPA	Instituto de Terras da Paraíba
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MP	Ministério Público
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PESCARTE	Plano de Assistência Técnica a Pesca Artesanal
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POSMEX	Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e desenvolvimento Local
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RGP	Registro Geral de Pesca
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SEAP / PR	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SEBRAE	Serviço Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDAP	Secretaria de Desenvolvimento da Agropecuária e Pesca da Paraíba
SEDH	Secretaria de Desenvolvimento Humano da Paraíba
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPLAG	Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão
SUDEMA	Superintendência de Administração do Meio Ambiente da Paraíba
SUDEPE	Superintendência de Desenvolvimento da Pesca

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
O PROBLEMA, SUA ORIGEM, IMPORTÂNCIA E O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO	
CAPÍTULO 1	21
POLÍTICAS PÚBLICAS E CAPITAL SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL DA PESCA E DA AQUICULTURA	
CAPÍTULO 2	27
MAPEAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESCA E AQUICULTURA NO VALE DO PIANCÓ (2003 - 2007)	
2.1 – O Vale do Piancó	27
2.2 – Mapeamento das políticas públicas	30
a) A Secretaria de Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca da Paraíba (Sedap) e as suas ações	32
a.1) Projeto Tilápia Paraíba	32
b) Políticas de Extensão Pesqueira e Aquícola da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (Emater-PB)	35
c) O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB)	40
d) A Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas (Empasa) e a Política de Peixamento de Açudes	42
d.1) Projeto de peixamento de açudes	44
e) A atuação da Secretaria do Desenvolvimento Humano do Estado da Paraíba (SEDH)	46
e.1) O Projeto Arranjo Produtivo de Produção Superintensiva de Tilápia em Tanques-Rede	47
f) A Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão	48
f. 1 O Projeto de Redução da Pobreza Rural da Paraíba (Cooperar)	48
g) A Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (Seap / PR), no Estado da Paraíba	50
g.1) Projeto Tilápias (Seap/PR-PB)	51
CAPÍTULO 3	53
CAPITAL SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL DA PESCA E DA AQUICULTURA NO VALE DO PIANCÓ	
a) Potencial, população, políticas públicas	57
b) Cultura, organização, associativismo	58
c) A gestão das organizações dos pescadores e das políticas públicas	59
d) Assistência técnica, extensão pesqueira e crédito	61
e) Infraestrutura e insumos	62
f) Sustentabilidade das políticas públicas, experiências negativas e ingerências	64
g) Aspectos ambientais	65

INTRODUÇÃO

O PROBLEMA, SUA ORIGEM, IMPORTÂNCIA E O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO

O objetivo principal desta pesquisa é mapear as políticas públicas para o desenvolvimento local da pesca artesanal e da aquicultura na região do Vale do Piancó, Paraíba, entre 2003 e 2007, por meio dos projetos estabelecidos pelas organizações governamentais. Especificamente, pretende-se analisar, nos projetos identificados, a construção do capital social interinstitucional para o desenvolvimento local. Essa atividade artesanal passou por mudanças ao longo na história brasileira.

A atividade pesqueira no Brasil era predominantemente artesanal até os anos 1960. Sua produção estava voltada, basicamente, para o atendimento do mercado interno, sendo o pescado comercializado apenas fresco ou resfriado. A salga e algumas pequenas indústrias de enlatados, principalmente de sardinha, era o que se possuía em termos de beneficiamento de pescado (NEIVA, 1990). A pesca artesanal se caracteriza, segundo Silva et al. (2002), por ser uma atividade empírica, utilizando técnicas simples em todo o seu processo produtivo, realizada tanto ao longo da plataforma continental, quanto em águas interiores (rios, lagos, estuários, açudes). Do ponto de vista econômico, entre 1985 e 1989, o valor agregado gerado pelo setor pesqueiro à economia regional (Nordeste) atingiu uma média anual de US\$ 279,3 milhões, evoluindo do correspondente a US\$ 173,6 milhões, em 1985, para US\$ 464 milhões, em 1989 (HAZIN et al., 1997).

No setor pesqueiro, a ação das políticas públicas está dentro de um contexto histórico complexo. Apesar de Arretche (2003) afirmar ser inegável o atual crescimento dos estudos na área de políticas públicas no Brasil, na pesca este tema não tem sido devidamente explorado. Entretanto, Rebouças, Filardi, Vieira (2006), em uma avaliação recente sobre os impactos das políticas públicas de apoio à pesca no Brasil, identificaram uma tendência preocupante da sobre-exploração das principais espécies de pescado comercializáveis, principalmente a partir dos anos 1990. Por outro lado, Callou (1994) afirma que os pescadores enfrentaram, no âmbito da participação social e política, problemas não apenas dentro das colônias, com representações alheias à categoria dos pescadores, mas sobretudo nos processos decisórios das políticas públicas para o desenvolvimento da pesca artesanal. Os últimos estudos confirmam essa tendência, na medida em que vários problemas identificados em décadas passadas encontram-se ainda hoje presentes no cotidiano da pesca e do pescador artesanal (CARVALHO; CALLOU, 2008).

Esses impactos históricos das políticas públicas no setor pesqueiro estão relacionados, principalmente, à atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe), criada em 1962. Impactos esses mais visíveis a partir de 1967, com o Decreto-lei nº 221, quando a Sudepe decidiu investir maciçamente na pesca industrial, por meio dos incentivos fiscais. O objetivo dessa política era ambicioso: criar uma pesca empresarial no Brasil. Os resultados dessa política não foram animadores, tendo em vista os impactos socioambientais e econômicos negativos (DIEGUES, 1983).

A partir do insucesso das políticas dos incentivos fiscais e da participação da pesca artesanal em mais de 50 % da produção nacional de pescado, o governo se voltou para a pesca artesanal, com a criação, em 1974, do Plano de Assistência Técnica à Pesca Artesanal (Pescart). Apesar dos objetivos destinados à formação de capital social dentro do setor pesqueiro – mediante apoio às associações e colônias de pescadores –, o Pescart não promoveu o desenvolvimento social e econômico dos pescadores e de suas comunidades. Na verdade, essa política pública estava muito mais voltada, em última instância, à difusão de tecnologias modernas de pesca, na perspectiva de aumentar a produção do pescado no Brasil, do que discutir com os pescadores as reais necessidades das comunidades pesqueiras e as possibilidades de seu desenvolvimento. O trabalho de Extensão Pesqueira, levado por essa iniciativa pública, se pautou numa prática não-participativa de intervenção para o desenvolvimento. Com o fechamento da Sudepe, no final da década de 1980, esse quadro

agravou-se, tendo em vista a desestruturação das políticas públicas para o setor pesqueiro artesanal (CALLOU, 2007).

Em 2003, com a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (Seap/PR), pelo governo de Luís Inácio Lula da Silva, as políticas públicas para pesca ressurgem numa perspectiva diferenciada em relação às políticas até então levadas à pesca artesanal no Brasil, pois há um chamamento à participação dos pescadores e pescadoras na construção do desenvolvimento. A partir de então, passa-se a ter um novo marco histórico no setor pesqueiro de notória importância no cenário político-nacional (CALLOU et al., 2006).

A intenção do governo com a criação da Seap/PR é incrementar a pesca e aquicultura, por meio da formação de parcerias com estados e municípios (capital social interinstitucional), estimulando a participação efetiva dos pescadores e pescadoras nos processos decisórios (BRASIL, 2003). Nesse conjunto de preocupações, está implícita a percepção do desenvolvimento local. Oliveira (2001) afirma que o desenvolvimento local não é a solução de todos os problemas socioeconômicos advindos da adoção da estratégia de desenvolvimento, porém ele poderá contribuir para o debate sobre os problemas de exclusão social no mundo contemporâneo.

Nessa direção, Jara (1998) acrescenta que o desenvolvimento local não passa apenas pela dimensão econômico-produtiva, pois depende, essencialmente, da estrutura de valores que define a cultura organizacional, da informação, da participação. É nesse sentido que Zapata et al. (2000) afirmam que o desenvolvimento local é multidimensional, a saber: econômico, sociocultural, político-institucional, ambiental, além de priorizar o fortalecimento da comunidade.

Assim, neste trabalho, compreendemos o desenvolvimento local como uma forma complexa e multidimensional de crescimento que prioriza o aproveitamento do potencial comunitário e das oportunidades econômicas endógenas pelos atores locais. Esse processo deve se constituir por meio da construção ou fortalecimento do capital social local, bem como pelo aporte do capital social interinstitucional para que haja sustentabilidade.

Se, no passado, as políticas públicas para a pesca tinham um viés marcadamente vertical de atuação, ou seja, sem a participação dos pescadores na construção dessas políticas, agora assume, pelo menos em nível do discurso, uma perspectiva participativa (CALLOU et al., 2006). Entretanto, numa conjuntura política distinta: o Estado passa da qualidade de

provedor do desenvolvimento para indutor do desenvolvimento local, tendo como base a formação de capital social por meio da criação de uma teia de relações (parcerias) entre organizações governamentais e não governamentais (BRASIL, 2003).

Carvalho e Callou (2008) afirmam que esse processo de indução do desenvolvimento local não é aleatório. Essa modificação ocorreu, nas últimas décadas, em virtude, principalmente, das transformações globais geradas pelos processos de mundialização dos mercados e da cultura. Transformações essas que passaram a exigir dos governos uma nova postura em relação à sociedade civil. Dizem esses autores:

... se, no passado, o Estado tomava para si toda a responsabilidade e o controle das políticas públicas para o desenvolvimento, na atualidade ele divide essa responsabilidade com as organizações não-governamentais, privadas, e mesmo com organizações públicas, estaduais e municipais (CARVALHO; CALLOU, 2008, p.68).

Está aí implícita, portanto, a concepção de Estado mínimo de onde surge a noção de desenvolvimento local como alternativa para estimular grupos sociais dos setores primários (pesca, aquicultura, agricultura) a solucionarem seus problemas de exclusão socioeconômica provocados, em grande medida, pelos processos de globalização. As políticas públicas que decorrem desse novo cenário perdem a dimensão nacional para se associar à dimensão territorial local (JARA, 1998).

Nesses termos, a partir da criação da Seap/PR, o governo brasileiro condiciona a implementação das políticas públicas para o desenvolvimento da pesca artesanal e aquicultura às articulações interinstitucionais. Isto implica a construção de parcerias entre os diversos setores da sociedade para fortalecer o capital social. Este aqui compreendido como as normas, valores, instituições e relacionamentos compartilhados que permitem a cooperação dentro ou entre os diferentes grupos sociais (MARTELETO; SILVA, 2004).

Sem o desenvolvimento desse capital social, portanto, dizem Callou e Tauk Santos (2003), dificilmente as políticas públicas poderão ser viabilizadas no cenário do Estado indutor. É nesse sentido que a construção do desenvolvimento local está fundamentalmente relacionada à construção de parcerias interinstitucionais. É nesse sentido, ainda, que Sawaya (2006) considera o capital social como influenciador direto na eficiência, no sucesso e na sustentabilidade das políticas públicas. Para Putnam apud Villa (2006), o capital social é, também, ferramenta que estimula as ações coletivas, as quais podem ser usadas nas políticas públicas para o desenvolvimento local.

Franco (2005) torna ainda mais complexa essa relação, pois a diferença, substancialmente, das iniciativas passadas, ao afirmar que as políticas públicas devem assegurar o desenvolvimento do capital social, mediante conexões horizontais. Só assim, diz ele, a pobreza e os processos de exclusão social poderão ser reduzidos.

A importância do capital social na construção do desenvolvimento local nos fez refletir sobre a implantação das políticas públicas para o desenvolvimento da pesca e da aquicultura no Estado da Paraíba, mais especificamente no Vale do Piancó. Região na qual desenvolvemos, atualmente, projetos no âmbito dessas políticas, por meio do Serviço de Extensão Pesqueira da Emater/PB. A questão principal que resultou dessa reflexão é: de que forma está se construindo o capital social entre as diversas organizações presentes no Vale do Piancó para o desenvolvimento local, pautado na pesca e na aquicultura, a partir do potencial hídrico de 2 bilhões de m³ d'água, quando considerado também o município de Coremas-PB (fora de nossa área de estudo), armazenados nessa região?

Essa preocupação com o desenrolar dos projetos governamentais no âmbito do setor pesqueiro paraibano vem ao encontro dos objetivos do Projeto Casadinho – Pescando Pescadores: Políticas Públicas e Extensão Pesqueira para o Desenvolvimento Local –, desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex), da Universidade Federal Rural de Pernambuco, em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, financiado pelo CNPq. O Projeto Casadinho objetiva mapear as políticas públicas desenvolvidas nos Estados da Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Ceará (POSMEEX, 2006). Este trabalho diz respeito, portanto, às políticas públicas, por meio dos projetos estabelecidos pelas organizações governamentais, particularmente na área administrativa da Regional da Emater-PB Itaporanga. Esta área fica localizada no alto sertão da Paraíba, região que apresenta potencial hídrico para o desenvolvimento de atividades de pesca e aquicultura.

A regional de Itaporanga, Vale do Piancó, é uma das 15 regiões administrativas em que está dividido o Estado da Paraíba para fins de ação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (Emater-PB).¹ A sede fica no município de Itaporanga, de onde são gerenciados escritórios locais em 19 municípios, a saber: Itaporanga (sede), Piancó, Santana de Mangueira, Santana dos Garrotes, Catingueira, Olho D'Água, Emas, Aguiar, Igaracy, Nova Olinda, Ibiara, Santa Inês, Boa Ventura, Conceição, Diamante, Serra Grande, São José de Caiana, Cural Velho e Pedra Branca. Todos inseridos no alto sertão do Estado, na região

¹ Vide Anexo A.

conhecida como Vale do Piancó. Esta regional atende parte dos municípios que compõem a Bacia Hidrográfica do Rio Piancó (ADESE, 2008).

O sertão paraibano está geograficamente localizado no semiárido nordestino, local que apresenta os índices sociais, econômicos e políticos mais preocupantes do país. Contudo, dados preliminares da Emater –PB (Regional Itaporanga) apontam para um potencial hídrico, principalmente em barragens e açudes. Passíveis, portanto, de serem explorados de forma sustentável, contribuindo para a melhoria desses índices socioeconômicos, em especial para o desenvolvimento local.

Informações colhidas, inicialmente, na Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (Seap/PR), na Paraíba, indicam que o Sertão Paraibano, espaço de desigualdades sócio-econômicas e também de potencial hídrico seriam contemplado por projetos estruturantes dessa Secretaria para o desenvolvimento do setor pesqueiro (Quadro 1).

Quadro 1 – Projetos da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap/PR) no Sertão da Paraíba

MUNICÍPIO/ PROJETOS	Projeto Tilápia	Pescando Letras	Feira do Peixe	Indústria de Beneficiamento	Fábrica de Gelo	Apoio ao Cooperativismo
Malta	-	-	-	-	-	X
Condado	X	X	X	-	-	
Pombal	-	-	-	X	-	-
Jerico	X	X	X	-	-	-
São Francisco	X		X	-	-	-
Souza	X	X	X	-	-	-
São João do Rio do peixe	X	-	-	-	-	-
Marizópolis	X	X	X	-	-	-
Cajazeiras	X	X	X	-	-	-
São José de Piranhas	X	X	X	-	-	-
Conceição	X	-	-	-	-	-
Santana de Mangueira	X	-	-	-	-	-
Itaporanga	X	-	-	-	-	-
Piancó	X	-	-	-	-	-
Olho D'Água	X	-	-	-	-	-
Coremas	X	X	X	-	-	-

Fonte: Seap/PR – PB (2008). Em destaque, (negrito) os municípios do Vale do Piancó

Especificamente, como se pode observar no Quadro 1, apenas cinco municípios do Vale do Piancó, destacados em negrito, estão contemplados com um único projeto da Seap/PR: o Projeto Tilápia. Entretanto, não se sabe ao certo quais são as outras organizações e quais são os seus projetos para o desenvolvimento da pesca e da aquicultura no Vale do Piancó. Igualmente, e, por conseguinte, nem se tem conhecimento das parcerias interinstitucionais estabelecidas para a construção do capital social com vistas ao desenvolvimento local.

Nesse sentido, para alcançar os objetivos propostos por essa pesquisa foi feito, inicialmente, um levantamento das políticas públicas para o desenvolvimento da pesca e da aquicultura na Paraíba, por meio de *sites* da internet, catálogos, relatórios, documentos e projetos das ONGs, empresas públicas e particulares. O objetivo principal desse levantamento foi identificar os projetos governamentais elaborados para o setor pesqueiro no Vale do Piancó. Foi considerado como espaço temporal da pesquisa o período compreendido entre 2003 e 2007. A escolha desse período seguiu as orientações metodológicas do Projeto Casadinho, cujo marco temporal estabelecido foi o ano de criação da Seap/PR. No período aqui considerado, foram identificados sete projetos governamentais para pesca e aquicultura no Vale do Piancó.

Posteriormente, a partir de um roteiro semiestruturado (Apêndice A), foram realizadas entrevistas com gestores, representantes de pescadores e técnicos ligados a projetos de pesca e aquicultura, desenvolvidos por organizações governamentais no sertão do Vale do Piancó. As entrevistas tiveram como objetivo levantar informações empíricas que servissem à análise do capital social interinstitucional na implementação dos projetos no contexto estudado. Foram entrevistados seis gestores, oito técnicos e cinco beneficiados dos projetos identificados.

Este trabalho está dividido em três capítulos. No Capítulo 1, apresentamos o referencial teórico que trata das políticas públicas para pesca e aquicultura, do desenvolvimento local e do capital social, temas centrais desta pesquisa. No Capítulo 2, caracterizamos a região do Vale do Piancó, bem como as atividades pesqueiras e aquícolas desenvolvidas, além de apresentar o mapa das políticas públicas destinadas aos pescadores e aquicultores na região em estudo. Finalmente, no Capítulo 3 analisamos a formação de Capital Social Interinstitucional para a construção do Desenvolvimento Local, a partir do conjunto das ações dessas organizações. Nas conclusões, apresentamos uma síntese das

principais contribuições deste trabalho para o conhecimento das políticas públicas em tempo de desenvolvimento local.

CAPÍTULO 1

POLÍTICAS PÚBLICAS E CAPITAL SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL DA PESCA E DA AQUICULTURA

As discussões sobre políticas públicas são amplas na atualidade. Arretche (2003) afirma ser inegável o recente crescimento dos estudos na área de políticas públicas no Brasil, sinalizado, nas academias, pela ampliação do número de dissertações e teses sobre esse tema. Contudo, têm ocorrido algumas mudanças, pois, anteriormente, segundo Mattos e Dummond (2005), estes estudos não consideravam como tema relevante a participação da sociedade civil organizada brasileira na discussão, formulação e execução das políticas públicas. Faria (2003) acrescenta que este processo só avançou no Brasil nas últimas duas décadas. Para Callou e Tauk Santos (2008), é um reflexo de uma demanda social, haja vista que hoje a sociedade civil está buscando um Estado mais transparente e mais aberto à participação social.

O que são realmente as políticas públicas? Existem várias definições ou simplesmente focos sobre o tema.

... não existe uma única, nem melhor definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos

específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos (SOUZA, 2006, p. 24).

Para esse autor, existem definições que enfatizam o papel da política pública na solução de problemas. Não obstante, pelo trecho acima explicitado, esta interpretação coloca como foco da ação o Estado como solucionador de todos os problemas, tirando a importância da ação social para propor as atividades que solucionariam de forma pública os seus anseios mais urgentes. Críticos dessas definições, que superestimam aspectos racionais e procedimentais das políticas públicas, argumentam que elas ignoram a essência da política pública, isto é, o embate em torno de idéias e interesses (SOUZA, 2006).

Pode-se também acrescentar que, por concentrarem o foco no papel dos governos, essas definições deixam de lado o seu aspecto conflituoso e os limites que cercam as decisões dos governos. Deixam também de fora possibilidades de cooperação que podem ocorrer entre os governos e outras instituições e grupos sociais, para solução de problemas locais. Neste mesmo sentido, Monteiro, Coimbra e Filho (2006) esclarecem que aquela concepção leva a uma interpretação de coincidência de ações e papéis, porém os domínios do Estado e do público não se justapõem.

E é neste espaço dos conflitos (funções, estruturas, ações e objetivo divergentes), mas também de espaço de soluções de problemas locais a partir da concertação de atores governamentais e sociais, que entendemos as políticas públicas neste trabalho. Em tal ambiente conflituoso e de concertação, ao que parece as políticas públicas podem assumir o papel de desencadeadoras dos processos de desenvolvimento local.

Ao pensar dessa forma, nos permitimos questionar e refletir a política pública como instrumento do desenvolvimento local, já que, segundo Costa (2003), esse modelo de descentralização das políticas aparece como estratégia inovadora para revigorar o Estado, aumenta sua eficiência, principalmente valorizando os poderes, as instituições e as comunidades locais na solução de suas dificuldades.

Zancan e Adesse (2004) acrescentam que se deve definir e implementar políticas e ações conjuntas, baseadas nas prioridades da comunidade, segundo seus problemas, oportunidades e recursos. Isto, talvez, nos permita inferir que as políticas públicas em tempos de desenvolvimento local necessitam ser construídas do lugar, passando pelo territorial, regional e nacional, ou seja, precisam ser construídas de espaços menores e mais particulares, que apresentam aspectos muito característicos, para espaços mais genéricos (COSTA, 2003).

A política pública deve procurar valorizar e fortalecer aquilo que as pessoas têm construído, isto é, aquele tecido social e o conjunto de experiências que constituem o seu *patrimônio* de vida. Esse fator influencia diretamente o sucesso em longo prazo da política pública e a efetividade da intervenção (SAWAYA, 2006, p.132).

O trecho acima define as preocupações de análise desta pesquisa no que diz respeito às políticas públicas e ao capital social, pois talvez aquelas para serem bem-sucedidas tenham que estar respaldadas na teia de relações sociais que são o grande elemento do capital social. Tomando como base o que Costa (2003) e Sawaya (2006) discutem, é possível inferir que para uma política pública eficiente e sustentável é necessário construir este capital social de forma local, e que ele sirva para estimular a construção das políticas públicas, também do local para instâncias maiores, ou seja, uma verticalização contrária (de baixo para cima).

E para atingir a sustentabilidade e o desenvolvimento local nas políticas públicas relativas à pesca e aquicultura, talvez seja importantíssima a formação de capital social interinstitucional. Entenda-se aqui como a formação de redes entre instituições (governamentais, não governamentais, sociedade civil representada, etc.) que tenha como foco o desenvolvimento local. Haja vista o que Marques (1999) afirma, ao analisar políticas públicas em execução; existe uma fragilidade institucional, além de uma baixa institucionalização de nossas organizações, dificultando que algumas políticas públicas demonstrem bons resultados.

Nesta perspectiva, Khan e Silva (2005) e Mayorga et al. (2004) reafirmam o interesse dos cientistas sociais no estudo do capital social, nos últimos tempos. Já Albagli e Maciel (2004) resgatam a valorização desses processos para o desenvolvimento. Frey (2003) acrescenta que a concepção de capital social recebeu grande destaque a partir do debate sobre desenvolvimento local desencadeado pela publicação do livro *Making Democracy Work*, de Robert Putnam, em 1993.

Na maior parte dos estudos sobre o tema, destacam-se três teóricos: Putnam, Coleman e Bourdieu:

(...) os dois [primeiros] tratam o capital social como um recurso coletivo baseado nas normas e redes de intercâmbio entre os indivíduos. Já Pierre Bourdieu trata o capital social como a soma dos recursos decorrentes da existência de uma rede de relações de reconhecimento mútuo institucionalizada em campos sociais. Os recursos são empregados pelas pessoas a partir de uma estratégia de progresso dentro da hierarquia social do campo, prática resultante da interação entre o indivíduo e a estrutura (DURSTON apud MARTELETO; SILVA, 2004, p. 44).

Bourdieu (1983) afirma que o volume de capital social possuído por um dado agente depende da rede de conexões que ele pode mobilizar efetivamente e esse pode ser transformado em capital econômico. Neste trabalho, a compreensão de capital social é baseada tanto em elementos de Putnam quanto de Bourdieu, pois aqui o entendemos como uma teia de relações, mas também o colocamos como ponto fundamental para operacionalizar ou tornar mais eficientes os governos ou as políticas públicas. Desta forma, é uma ferramenta de integração ou harmonização das ações conjuntas (políticas públicas) que envolvam sociedade e Estado para o desenvolvimento local do setor pesqueiro, ou qualquer outro.

No intenso debate que se seguiu o capital social foi considerado de fundamental importância não apenas para a consolidação da democracia (PUTNAM, 1995; 2000a; 2000b; ver também: WILSON, 2001), mas também para uma efetiva governança local e urbana (MALONEY; SMITH; STOKER, 2000; LOWNDES; WILSON, 2001), para sustentar redes de inovação tecnológica e de políticas públicas (WEYER apud FREY, 2003, p.166).

O trecho acima é importante para consolidarmos o papel preponderante que tem o capital social para tornar sustentáveis as políticas públicas. Especialmente, como dito anteriormente, para atuar na consolidação de políticas públicas no local, nas comunidades, ou seja, nos espaços que apresentam, às vezes, dinâmicas extremamente complexas.

Marteletto e Silva (2004) afirmam que existem evidências de que a construção do capital social pode ser usada para promover a redução da pobreza através do desenvolvimento das comunidades. Segundo o *World Bank*, <http://worldbank.org> apud (KHAN; SILVA, 2005), o capital social é especialmente importante para o pobre, pois pode ser usado como substituto do capital humano e do capital físico, e a partir dele gerar até capital econômico.

De forma mais abrangente, segundo Putnam apud Villa (2006), o capital social pode ainda levar a uma maior eficiência institucional ou interinstitucional. Já que o capital social reduz custos, é ferramenta de inclusão do pobre, pois segundo Bourdieu (1983) estimula ações coletivas e pode ser transformado em outras formas de capital. Pode ser usado nas políticas públicas como ferramenta de desenvolvimento local, pois, como veremos, é um dos elementos embutidos nesta forma de desenvolvimento.

Essa forma de capital disponível para o pobre ou excluído não pode ser desconsiderada, tem que ser devidamente estudada, pois Santos (2005) afirma que o modelo convencional de desenvolvimento tem levado a processos de exclusão, desigualdades sociais, pois desconsidera a complexidade do mundo e dá ênfase ao econômico, em detrimento do social, organizacional, ambiental, político e cultural.

Franco (2005) é taxativo ao afirmar que crescimento não é desenvolvimento. Segundo Oliveira (2001), o desenvolvimento local, talvez, não é a solução de todos os problemas (exclusões) advindos da adoção de estratégias de desenvolvimento convencional, porém ele pode dar conta daquela complexidade e dos processos de exclusão. Nesta perspectiva, segundo Vecchiatti (2004), a equação que relaciona aspectos econômicos, sociais, ambientais, organizacionais, políticos e culturais é de difícil solução, mas tem que ser na atualidade enfrentada. Neste mesmo sentido, Desbiens e Lima (apud SILVA; TONDO; LIMA, 2007) consideram que o desenvolvimento tem de ir muito além de simplesmente gerar riquezas, mas gerar qualidade de vida. Dowbor (2007) esclarece que grande parte do que se constitui o que hoje chamamos de qualidade de vida, apesar de sofrer os impactos de processos regionais, nacionais e até globalizados, depende principalmente da iniciativa local para sua melhoria.

Apesar de existirem discussões internacionais anteriores, só em meados dos anos 1990 o desenvolvimento local surge no cenário nacional como uma nova estratégia de construção do desenvolvimento (TAPIA, 2005). Segundo Fernandes e Sampaio (2006), o desenvolvimento local pressupõe a capacidade de uma determinada sociedade para adquirir certo domínio sobre o seu desenvolvimento, preservando uma identidade local que se concilia com estruturas políticas, institucionais e culturais mais amplas que extrapolam esse espaço na busca da sustentabilidade.

Loureiro e Callou (2007), porém, afirmam que dentre as concepções sobre desenvolvimento local existe um reducionismo, pois para eles o conceito de desenvolvimento local engloba a sustentabilidade, porém não se resume a isso. Contudo, diversos autores analisam a perspectiva de multidimensionalidade e complexidade dele (OLIVEIRA, 2001; JARA, 1998; ZAPATA et al., 2000). Estes autores reafirmam a importância da compreensão do desenvolvimento como um processo complexo, que abrange várias dimensões (econômica, política, ambiental, social, cultural) que pressupõem reflexão e ação no mundo extremamente complexo em que vivemos. Desta forma, se quer evitar o reducionismo do modelo de desenvolvimento anterior, que até agora tem se demonstrado insuficiente em resolver os problemas da maior parte da população.

Outros elementos extremamente importantes na conceituação são o “empoderamento,” o protagonismo e a participação (JARA, 1998; ZAPATA et al., 2000; LACKI, 1996; SAMPAIO, 2002). Os autores que tratam esta questão abordam como fundamentais os elementos para o desenvolvimento local, pois este tem como pressuposto a construção, luta, elaboração, planejamento e execução de ações em que os atores locais sejam protagonistas do

processo, isso não é um processo simples, pois existem comunidades que, talvez, precisem se empoderar na busca da autonomia.

Nesse sentido, as organizações postas num local ou no seu entorno devem atuar como elementos de estímulo ou simplesmente desencadear estes processos iniciais. Contudo, não podemos criar relações sutis de dominação entre o local e o externo, bem como no próprio lócus entre atores diferentes. É necessário estimular a participação efetiva ao longo de todo o processo que envolve este tema.

É nesse momento que surge a importância do fortalecimento das relações em redes entre as instituições governamentais e as que representam a sociedade civil (capital social). Pois, Franco (2005) afirma que o capital social propicia um ambiente favorável ao desenvolvimento, entendido, neste caso, como desenvolvimento local. Nesta concepção, desenvolvimento é um movimento sinérgico, em que se consegue estabelecer uma estabilidade dinâmica em um sistema complexo. Para tal, é necessário que se instalem padrões de interação internos (entre os elementos do conjunto) e externos (como o meio circundante), que assegurem as condições de existência do conjunto.

CAPÍTULO 2

MAPEAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESCA E AQUICULTURA NO VALE DO PIANCÓ (2003 - 2007)

2.1 – O Vale do Piancó

O Vale do Piancó, Região Administrativa de Itaporanga da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (Emater-PB), como vimos na Introdução deste trabalho, está situado no Estado da Paraíba, mesorregião do Sertão paraibano e compreende 19 municípios da microrregião de Itaporanga e Piancó. Essas duas microrregiões são conhecidas, e serão aqui consideradas, como Vale do Piancó (Figura 1).

Figura 1 – Região do Vale do Piancó (na cor azul)



Fonte: Emater – PB (2007).

Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2000), a renda per capita dos municípios do Vale do Piancó apresenta-se abaixo dos R\$ 100,00 e o IDH da maioria deles encontra-se abaixo do 0,600, o que indica uma situação preocupante quanto aos indicadores sociais (Tabela 1).

Tabela 1 – Renda per capita (R\$) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios do Vale do Piancó

Município	Renda (R\$)	IDH
Conceição	77,87	0,608
Santana de Mangueira	53,44	0,557
Itaporanga	106,13	0,624
Piancó	102,47	0,634
Olho D'Água	53,93	0,559
Santana dos Garrotes	66,87	0,619
Catingueira	71,81	0,555
Emas	60,57	0,560
Aguiar	60,38	0,560
Igaracy	71,40	0,608
Nova Olinda	61,51	0,605
Ibiara	69,71	0,589
Santa Inês	49,38	0,553
Boa Ventura	66,01	0,600

Diamante	62,83	0,574
Serra Grande	73,96	0,590
São José de Caiana	73,96	0,561
Curral Velho	61,71	0,595
Pedra Branca	63,83	0,615

Fonte: tabela construída a partir do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – Pnud (2000)

Embora não se tenham dados estatísticos que configurem a realidade concreta sobre a produção pesqueira na Paraíba, autores como Ostrensky, Borghetti e Soto (2008) revelam que segundo dados provenientes das estatísticas pesqueiras do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos não Renováveis (Ibama), em 2004, a Paraíba produziu 3.191 toneladas de pescado. Houve, segundo eles, um decréscimo de 10,5% em relação a 2003. A produção aquícola da Paraíba representa, segundo esses autores, 2,9 % da produção nordestina e 1,2 % da nacional, tendo com espécie principal o camarão marinho.

A Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas (Empasa) estima que, ao fomentar, em 2006, a piscicultura nos “mananciais paraibanos, a produção foi da ordem de 600 mil Kg, com receita bruta potencial de 1 milhão e 800 mil reais para os produtores rurais, associações comunitárias e pescadores artesanais” (EMPASA, 2007, p.5). Entretanto, em 2007, houve, respectivamente, um decréscimo para 305.679 Kg e R\$ 917.037,00 (EMPASA, 2008).

No caso do Vale do Piancó, fica impossível inferir sobre dados da produção pesqueira e receita bruta, pois não existem estatísticas confiáveis sobre a pesca local. Aspectos que dificultam a implementação de políticas públicas na região e o aproveitamento do potencial hídrico para o desenvolvimento da piscicultura.

O Vale do Piancó dispõe de mais de 2 bilhões m³ de água armazenada na forma de açudes, barragens e grande reservatórios. Só no município de Coremas estão armazenados 1,36 bilhões de m³, correspondendo ao maior reservatório do Estado (ADESE, 2008). Na área estabelecida para este estudo, o potencial hídrico é de quase 679 milhões de m³. Alguns desses mananciais podem ser observados na Figura 2, a seguir. O Escritório Regional da Emater de Itaporanga dispõe de um amplo relatório que detalha os açudes em cada município e suas capacidades de armazenamento, contudo, o trabalho ainda não foi publicado.

Figura 2 – Potencial hídrico da região do Vale do Piancó

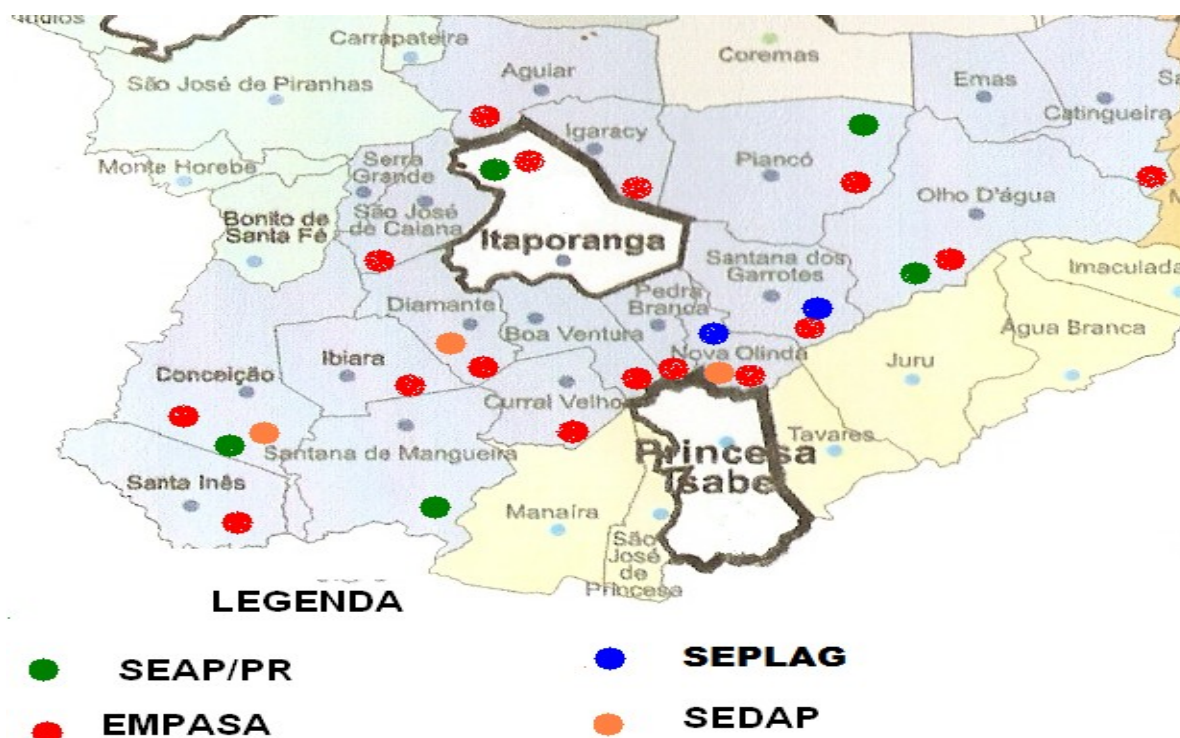
2.2 – Mapeamento das políticas públicas

Num primeiro momento, trataremos do mapeamento das políticas públicas direcionadas à pesca, por meio dos projetos elaborados pelas seguintes instituições:

- Secretaria de Desenvolvimento da Agropecuária e Pesca da Paraíba (Sedap), que atua nos municípios de Conceição, Diamante, Nova Olinda;
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (Emater-PB), que atua em toda a área em estudo;
- Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que atua em toda a área de estudo, excluindo-se as cidades de Catingueira, Emas e Aguiar;
- Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas (Empasa), que atua em toda a área de estudo;
- Secretaria de Desenvolvimento Humano da Paraíba (SEDH), que tem ações nas cidades de Piancó, Itaporanga e Igaracy;
- Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão, que teve atuação nas cidades de Nova Olinda e Santana dos Garrotes;
- Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (Seap/PR – Paraíba), que teve propostas de ação nas cidades de Conceição, Santana de Mangueira, Olho D'Água, Itaporanga e Piancó.

A Figura 3, abaixo, ilustra esse panorama geral da atuação institucional nos municípios. Não foram explicitadas as ações da Emater-PB e do Banco do Nordeste do Brasil, uma vez que, conforme dito anteriormente, essas organizações estão presentes em praticamente todos os municípios aqui estudados.

Figura 3 – Mapa das Instituições que desenvolveram políticas públicas / ações no Vale do Piancó para Pescadores ou Aquicultores (2003 e 2007)



Fonte: Emater-PB (2007)

Após o mapeamento das políticas públicas dessas organizações para o desenvolvimento do setor pesqueiro no Vale do Piancó, será analisada, no Capítulo 3, a formação de Capital Social Interinstitucional para a construção do Desenvolvimento Local, a partir do conjunto das ações dessas organizações. Seguimos agora, porém, com o mapeamento.

a) A Secretaria de Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca da Paraíba (Sedap) e as suas ações

A Secretaria de Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca da Paraíba (Sedap) é responsável pela execução de atividades de apoio ao Desenvolvimento Rural; realiza planejamento, avaliação e controle de seus programas e projetos.

Entre as atribuições da Sedap, destacam-se ações específicas de organização e melhoria da base produtiva, ações setoriais de fomento à produção animal e vegetal, ações de pesquisa e difusão de novas metodologias e tecnologias, ações setoriais específicas de geração de emprego, renda e inserção social no meio rural.

Para viabilizar suas ações, essa secretaria conta com quatro instituições: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (Emater), Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária (Emepa), Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas (Empasa)

e o Instituto de Terra da Paraíba (Interpa). Essas instituições prestam assistência técnica e extensão rural; realizam pesquisa básica; executam as políticas de abastecimento e coordenam as questões fundiárias do Estado.

Segundo informações do governo da Paraíba (PARAÍBA, 2009), na Sedap existem diversas ações gerais para o setor agropecuário e pesqueiro. Entre elas, destacam-se: distribuição de alevinos, fomento à pesca extensiva e intensiva de águas interiores, apoio à pesca marítima artesanal e apoio à pesca marítima industrial (terminal pesqueiro). Algumas dessas ações são explicitadas pelo Secretário, Fábio Agra. Diz ele:

“a Sedap tem a Empasa e a Gerência de Abastecimento e Pesca responsáveis pela distribuição de alevinos e a realização de projetos em toda a Paraíba. Entre 2003 e 2007 foram realizadas ações de distribuição de alevinos pela Empasa, criação do Conselho Estadual de Pesca e desenvolvimento do Projeto Tilápia Paraíba, coordenado pela Secretaria Executiva da Pecuária.” (Secretário Executivo da Pecuária e Pesca da Paraíba, Fábio Agra de Medeiros Nápoles)

Apesar de a entrevista ser esclarecedora, não se identificou qualquer participação de entidades do Vale do Piancó no Conselho Estadual de Pesca.

a.1) Projeto Tilápia Paraíba

Quanto ao Projeto Tilápia Paraíba, não se encontrou registro em documentos oficiais. Por esse motivo, a análise desse projeto será desenvolvida por meio de entrevistas e registros na imprensa. Na esfera estadual, o projeto iniciou com uma articulação para a execução em meados de 2007 e buscou a formação de parcerias à nível de Estado. Diz ele:

“O Projeto Tilápia Paraíba surgiu em 2007, a partir da articulação da Sedap com outras organizações, como a Superintendência do Meio Ambiente da Paraíba (Sudema) e Agência Estadual de Saneamento e Água (Aesa). As reuniões desenvolvidas entre as coordenações dessas instituições, bem como com as associações de produtores, além de contatos estabelecidos com fornecedores de insumos, equipamentos e compradores de pescado possibilitaram a mobilização em torno desse projeto.” (Secretário Executivo da Pecuária e Pesca da Paraíba, Fábio Agra de Medeiros Nápoles)

O Projeto Tilápia Paraíba está dentro da proposta de Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil (BB). Essa proposta do banco traz elementos de formação de capital social para o desenvolvimento local, quando coloca como premissa a construção de parcerias para aproveitamento do potencial hídrico do Vale do Piancó (BANCO DO BRASIL, 2007).

O objetivo principal do Projeto Tilápia é beneficiar 204 famílias com produção mensal de 180 toneladas de peixes, produzidos em tanques-rede. O projeto será implantado em vinte dos principais mananciais do Estado, com financiamento do Banco do Brasil, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) – com 9 milhões de

reais já assegurados. Dos vinte projetos elaborados, nove já se encontram em análise na Aesa para a outorga d'água (PARAÍBA, 2008a).

Para a implantação desse projeto, estava previsto o envolvimento de várias secretarias do Estado e de outras organizações governamentais, entre elas a Secretaria de Educação, a Secretaria da Saúde, a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Os principais parceiros previstos foram o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e a Emater (Paraíba, 2008b).

Estava prevista, para 2008, segundo entrevista realizada com o então secretário executivo da Pecuária e Pesca do Estado da Paraíba, Fábio Agra de Medeiros Nápoles, a implementação do Projeto Tilápia Paraíba nos municípios de Campina Grande, Bonito de Santa Fé, São Sebastião do Umbuzeiro, Juru, Água Branca, Mãe D'Água, Patos, Nova Olinda, Conceição e Diamante (PARAÍBA, 2008a). Estes três últimos municípios fazem parte do Vale do Piancó.

No caso do Vale do Piancó, os processos necessários para a implementação desses projetos produtivos deveriam estar em estágio avançado, com açudes selecionados e devidamente autorizados pelos órgãos ambientais e regulatórios competentes, pescadores treinados e financiamentos já encaminhados. Diz ele:

“Foram selecionados os melhores açudes e providenciadas as análises de águas desses mananciais para a concessão das outorgas de uso desses recursos hídricos. Os beneficiários de alguns municípios já receberam capacitação em associativismo e cultivo de peixes em tanques-rede, por meio do Senar. O último passo previsto é a elaboração das Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP) na Emater, visando obter o financiamento mediante esta linha de crédito e isso já se encontra em andamento.”
(Secretário Executivo da Pecuária e Pesca da Paraíba, Fábio Agra de Medeiros Nápoles)

Apesar desses depoimentos, há informações de que até dezembro de 2007 não havia, ainda, se definido uma metodologia para análise de licenciamento e outorga do Projeto Tilápia (PARAÍBA, 2008b). Nesse sentido, houve atrasos na execução do projeto, como é o caso dos três previstos para o Vale do Piancó. Até o momento, nenhum deles foi ainda implantado. Especialmente, pois se estima que os açudes selecionados não têm capacidade de suporte suficiente para implantar os projetos, conforme forma previstos.

Por outro lado, considerando a experiência vivida pelo autor desta pesquisa enquanto técnico de uma organização governamental que atua em todos os municípios do Vale do Piancó. Talvez, apesar de as informações, colhidas através de entrevistas, acima, apontarem

para parcerias institucionais e mobilização social de atores, essa ação não foi efetivada no local. Os textos publicados na mídia, construídos a partir de entrevistas do próprio secretário executivo da Pecuária e Pesca da Paraíba, Fábio Agra de Medeiros Nápoles tratam apenas de discussões com representantes Estaduais das organizações, porém não retratam ações nas comunidades a serem beneficiadas na região. Na realidade, o desenvolvimento do capital social interinstitucional ficou comprometido, na medida em que cada órgão ligado à Sedap se limitava a cumprir sua função institucional sem a preocupação de estabelecer ações conjuntas nas comunidades pesqueiras onde os projetos seriam implantados. Por exemplo, a Empasa se limitou a produzir alevinos para o projeto e a Emater se resumia à emissão das Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP).

O projeto ao exigir a participação dos produtores em associações, pois a outorga de uso d'água e o licenciamento ambiental só poderiam ser adquiridos mediante uma organização formal, esse fato levou à expansão de associações no Vale do Piancó apenas para cumprir uma exigência burocrática. Desta forma, parece se repetir, no setor pesqueiro, a verticalidade do associativismo, que em nada contribui para a construção do Desenvolvimento Local. Fenômeno também percebido por Cunha (2009), em áreas de assentamento em Pernambuco, onde o processo de associativismo forçado provocou a insustentabilidade de associações produtivas.

Outro aspecto que dificulta a implantação do Projeto Tilápia Paraíba tem sido o enquadramento dos produtores, na época, no Pronaf D, necessário para viabilizar a participação dos produtores no projeto, tal como foi concebido. Na verdade, a maioria dos produtores só tinha renda suficiente para se enquadrar no Pronaf B. Insuficiente, portanto, para adquirir o financiamento do Projeto Tilápia Paraíba. Assim, a impressão que se tem é de que o Projeto Tilápia é contrário às orientações do MDA, quando este afirma “que a Política de Ater reconhece a pluralidade, as diferenças regionais, a diversidade socioeconômica e ambiental existente no meio rural e nos diferentes territórios...” (MDA, 2004, p.6).

b) Políticas de Extensão Pesqueira e Aquícola da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (Emater-PB)

As origens da Extensão Rural no Brasil remontam ao ano de 1948 quando, em Minas Gerais, foi criada a Associação de Crédito e Assistência Rural (Acar), primeira organização no país a se dedicar à execução de um programa de Extensão Rural. Isso levou à criação de

um Sistema Nacional de Assistência Técnica que durou décadas e foi eficiente para o objetivo a que se propunha (MDA, 2004).

Na Paraíba, as atividades de Extensão Rural tiveram início em setembro de 1956, com o funcionamento de cinco escritórios locais e um regional da entidade, com sede no Recife (EMATER-PB, 2008). Atualmente, as atividades de Extensão Rural da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (Emater-PB) estão vinculadas à Secretaria de Desenvolvimento da Agropecuária e Pesca (Sedap).

A Emater-PB se propõe a:

Colaborar com os órgãos competentes da Secretaria da Agricultura e Abastecimento e do Ministério da Agricultura na formulação e execução das políticas de assistência técnica e extensão no Estado; e Planejar, coordenar e executar programas de assistência técnica e extensão rural, visando a difusão de conhecimentos de natureza técnica, econômica e social, para aumento da produção e produtividade agrícola e a melhoria das condições de vida no meio rural do Estado da Paraíba, de acordo com a política de ação dos Governos Federal e Estadual (2008, p.1).

No âmbito da Extensão Pesqueira, a Emater-PB desenvolve políticas relacionadas à assistência técnica aos criadores de peixes, construção de viveiros para piscicultura e peixamentos de açudes. Em 2006, segundo relatório de atividades da Emater, foram assistidos no Estado da Paraíba 812 piscicultores, construídos 140 viveiros e realizados peixamentos em 490 açudes (EMATER-PB, 2007b). Vale ressaltar que os peixamentos, na realidade, são realizados pela Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços (Empasa), cabendo à Emater-PB o simples cadastramento dos reservatórios. Este processo será descrito posteriormente de forma detalhada. A construção de açudes está ligada diretamente à elaboração de projetos de financiamento que são remetidos aos agentes financeiros.

No que diz respeito ao Vale do Piancó, essas políticas foram planejadas dentro do relatório das programações anuais de atividades (Plurianual), para o período de 2004 a 2007, a ser desenvolvidas em praticamente todos os 19 municípios dessa região (EMATER-PB, 2003).

Na Tabela 2, a seguir, pode-se observar que em valores absolutos o peixamento de açudes se sobrepõe à assistência técnica prestada a piscicultores e ainda mais à construção de viveiros. A partir disso, podemos inferir que a própria Emater-PB, Regional de Itaporanga, para o período em estudo, não priorizou a Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola.

Tabela 2 – Ações planejadas pela Emater-PB, para o setor pesqueiro, Regional de Itaporanga (2004 – 2007)

Ano	Piscicultores a assistir	Açudes a peixar	Viveiros a construir
2004	216	234	7
2005	227	246	7
2006	238	258	8
2007	250	271	8

Fonte: Emater – PB, Itaporanga (2003)

Para o desenvolvimento dessas atividades no campo da pesca, a Emater-PB planejou a promoção de parcerias com outras organizações governamentais, a exemplo da Secretaria de Desenvolvimento da Agropecuária e Pesca (Sedap) (EMATER-PB, 2007b).

Sabe-se que os planejamentos podem não ocorrer, conforme as propostas iniciais. E no caso do planejamento da Emater-PB para a região de Itaporanga, para o período de 2004 a 2007, este fato é verdadeiro.

Mensalmente os escritórios locais da Emater-PB, ou unidades operativas, alimentam um banco de dados chamado de Relatório de Informações Mensais das Atividades (Rima). Estes são condensados em relatórios regionais que são a fonte de dados para o escritório Estadual da Emater-PB, avaliar, quantitativamente, a ação dos seus técnicos. Se utilizarmos esta fonte de dados, consolidada anualmente, perceberemos que a Emater-PB, regional Itaporanga, obteve resultados incipientes, quando comparados com o seu planejamento para o ano de 2004 a 2007 (EMATER-PB, 2005, 2006, 2007).

Apesar de não termos tido acesso aos dados de 2004, entre 2005 e 2007 as ações não corresponderam a 20% do que estava programado no Planejamento Plurianual para 2004 a 2007. Apesar de os dados estarem em valores absolutos, o leitor perceberá claramente esse fato (Tabela 3).

Tabela 3 – Ações realizadas pela Emater-PB para o setor pesqueiro, Regional de Itaporanga (2004 – 2007)²

Ano	Piscicultores a assistir	Açudes a peixar	Viveiros a construir
2004	-	-	-
2005	61	41	-
2006	13	5	3
2007*	4	4	4

Fonte: Emater – PB, Itaporanga (2005 a 2007)

² Não há como fazer inferência sobre a perceptível variação dos valores, quando consideramos a série histórica (2004-2007), pois os dados coletados nos relatórios da Emater são quantitativos e não descritivos, qualitativos.

* Dados referentes aos resultados até o mês de outubro de 2007

Com efeito, segundo o coordenador regional da Emater, no Vale do Piancó essas atividades foram desenvolvidas na região como um todo, inclusive realizando cadastramento de pescadores e açudes. Diz ele:

... entre 2003 e 2007 a Emater-PB participou da distribuição de alevinos em parceria com a Empasa, elaboração de projetos para pesca e alguns de piscicultura, cadastramento de pescadores entre 2003 ou 2004, cadastramento de açudes (Nilson de Brito Lira, coordenador regional Emater, Itaporanga).

Deve-se ainda considerar a elaboração de projeto das linhas de projetos do Pronaf, por parte dos técnicos da Emater para os pescadores. Conforme afirma o próprio presidente da Colônia de Pescadores da cidade de Piancó:

... através da Emater foram feitos projetos diretamente com os pescadores, através do Pronaf B (Lourival Agostinho Florêncio, presidente da Colônia de Pescadores, Piancó).

Entretanto, a julgar pelos depoimentos de chefes de escritórios e técnicos das unidades operativas da Emater no Vale do Piancó, inferimos, categoricamente, que as atividades de Extensão Pesqueira não alcançam, efetivamente, toda a região, como deixam transparecer tanto o Planejamento Plurianual (relatórios de atividade da Emater-PB, Região de Itaporanga), quanto o depoimento do coordenador regional e do presidente da Colônia. Assim se referem os técnicos:

Nunca foi elaborado nenhum projeto e nem dada assistência técnica, destinada mais para agricultores (Célio Emídio Sousa, chefe do Escritório Emater Ibiara).

No escritório não desenvolve nenhuma ação, nenhum projeto. Por dificuldades técnicas do trabalho (José Juacy Gomes Chagas, chefe do Escritório Emater Nova Olinda).

Em 2008 [este período extrapola a proposta nesta pesquisa], foram elaborados 12 projetos. Antes não ocorreu projeto do Pronaf B, do Banco do Nordeste do Brasil (Geraldo Braga dos Santos – técnico do Escritório Emater Piancó).

É possível que as razões de a Emater se voltar mais efetivamente para as atividades agropecuárias da Paraíba, no Vale do Piancó, do que para as atividades de pesca, apesar do potencial hídrico da região para piscicultura, podem estar ligadas à reduzida equipe técnica no âmbito da pesca e aquicultura.

Atualmente, a Emater-PB conta, apenas, com dois técnicos especializados em Extensão Pesqueira para atender os 223 municípios paraibanos. Um desses técnicos fica lotado na região do Piancó, com a finalidade de prestar assistência técnica aos produtores dos 19 municípios da região no campo da pesca e da agropecuária.

Embora haja esforços da Emater-PB para capacitar novos técnicos, principalmente a partir de 2006, essa qualificação profissional não se voltou para o campo da Extensão Pesqueira. Foi o caso do treinamento de 100 profissionais por meio do convênio com a Secretaria da Agricultura Familiar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e Caixa Econômica Federal (SAF /MDA/ CAIXA) (EMATER-PB, 2007b).

Esses aspectos quantitativos e, sobretudo, relacionados à qualificação profissional dos técnicos para atuar na Extensão Pesqueira e Aquícola já foram assinalados tanto por pesquisadores (DIEGUES, 1995; SILVA; CALLOU, 2003; OSTRENSKY; BORGHETTI; SOTO, 2008), quanto pelos atores do setor pesqueiro reunidos durante a II Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca. Eis algumas dessas abordagens:

Os extensionistas rurais têm que possuir informações/experiências em relação às mais diferentes culturas agrícolas e pecuárias. Contudo, é evidente que uma formação desses profissionais com ênfase na área de aquicultura poderia contribuir decisivamente para se difundir a atividade e profissionalizá-la. (OSTRENSKY; BORGHETTI; SOTO, 2008, p. 120).

Extensão Rural e Assistência Técnica efetiva e direcionada ao (à) Pescador (a) Profissional Artesanal, com agilidade e presença de pelo menos um técnico por município, acompanhado pelas entidades de representação dos pescadores(as) (BRASIL, 2006, p.44).

Ainda no âmbito das atividades de Extensão, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) chama a atenção para a necessidade da construção do capital social interinstitucional para o desenvolvimento local. Assim se refere a Pnater:

Viabilizar serviços da Ater que promovam parcerias entre instituições federais, estaduais, municipais, organizações não-governamentais e organizações de agricultores familiares e demais públicos anteriormente citados, estimulando a elaboração de planos de desenvolvimento municipal, territorial e/ou regional, assim como a formação de redes solidárias de cooperação interinstitucional (MDA, 2004, p.8).

Esse fenômeno não é uma ação aleatória. A Extensão Rural e Pesqueira, na sua vertente contemporânea para o Desenvolvimento Local, pressupõe o estabelecimento de parcerias entre organizações governamentais e não-governamentais para viabilizar os processos de concertação no meio rural e pesqueiro (FRANCO, 2001; KLIKSBERG, 2003; CALLOU; TAUK SANTOS, 2003, 2006; CALLOU et al, 2006; CARVALHO, 2007).

Tanto é, assim, que na II Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, uma das resoluções aprovadas revela essa necessidade de estabelecimento de parcerias. A Seap/PR é apontada como uma das organizações possíveis de construção de um capital social interinstitucional na perspectiva do desenvolvimento local. Diz a resolução 331 da II Conferência: “A Seap faz parcerias com instituições de pesquisa, governamentais e não-governamentais para elaboração, execução e acompanhamento de propostas e projetos que contemplem o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca” (BRASIL, 2006, p.46).

A julgar pela reduzida quantidade de técnicos especializados (Engenheiros de Pesca, Engenheiros de Aquicultura) para assessorar a atuação dos extensionistas rurais, na perspectiva da Extensão Pesqueira e Aquícola no Estado da Paraíba, podemos inferir que o capital social interinstitucional, mediante o estabelecimento de parcerias, é ainda insuficiente para dinamizar os processos de Desenvolvimento Local no Vale do Piancó. É importante salientar, entretanto, que o desenvolvimento desse capital social está previsto nos planejamentos anuais da Emater-PB.

Considerando a importância assumida pelo capital social interinstitucional tanto do ponto de vista teórico, quanto das reivindicações dos atores sociais presentes na II Conferência, além das determinações da Pnater e Seap/PR e, como vimos, da própria Emater-PB, é de se perguntar onde reside a principal dificuldade para efetivar essa necessidade sentida. Estariam a Emater-PB e as organizações governamentais voltadas, ainda, para uma prática de Extensão Rural e Pesqueira modulada em processos verticais de comunicação?

c) O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB)

O Banco do Nordeste do Brasil (BNB) é um dos agentes financeiros responsáveis pela contratação dos financiamentos destinados aos agricultores familiares, dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) na região Nordeste do Brasil.

Segundo Magalhães et al. (2006), esse programa foi incorporado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a partir de 1999. Criado pelo Decreto Presidencial nº 1.946 de 28 de junho de 1996, tem como finalidade promover o desenvolvimento rural, propiciando aos agricultores familiares o aumento da capacidade produtiva, a geração de emprego e melhoria da renda. Segundo ainda esse autor, o Pronaf é uma resposta às pressões do movimento sindical rural desde o início dos anos 1990.

A finalidade principal desse programa é prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais, pescadores e aquicultores que vinham sendo alijados das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades de se manter na atividade. Criou-se, então, a categoria dos agricultores familiares, público-alvo desse programa.

Apesar de Cunha (2007) afirmar que a categoria Agricultor Familiar ser classificada por diversos autores de forma diferente, haja vista a complexidade e discordância sobre o tema, o Pronaf simplifica e descreve os agricultores familiares como aqueles que apresentam as seguintes características de suas unidades de produção: direção do estabelecimento exercida pela família; trabalho familiar; área não superior a quatro módulos fiscais; renda proveniente da atividade; e residência no estabelecimento ou em local próximo (BRASIL, 2004).

No caso dos pescadores e aquicultores, são igualmente classificados como agricultores familiares (MDA, 2004). Aspecto que, de alguma maneira, vem ao encontro do que Diegues (1999) afirma que, historicamente, os pescadores artesanais desenvolvem atividades agropecuárias – pescador – agricultor.

Segundo Rodrigues et al. (2003), o Pronaf compõe-se, atualmente, de três modalidades: o Crédito Rural, com diversas linhas de crédito específicas (custeio e investimento normais, crédito rural rápido, crédito especial, investimento especial e crédito para agroindústria); o Infraestrutura e Serviços Municipais (voltado para o financiamento de obras e serviços infraestruturais); e Capacitações. Os recursos do Pronaf provêm em parte do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), somando-se a este os recursos do Tesouro Nacional, além de outros meios oriundos dos Fundos Constitucionais do Centro-Oeste (FCO) e do Nordeste (FNE).

A partir da criação da Seap/PR, em 2003, o Pronaf criou uma linha específica de financiamento para o desenvolvimento da pesca e aquicultura – o Pronaf Pesca. Atualmente, essa linha foi desdobrada em outras possibilidades de financiamento, assim listadas pela Seap/PR:

Pronaf; Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), exclusivo para a região Norte; Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) – Aqüipesca (exclusivo para a região Nordeste); FCO Rural; Finame Especial; Moderagro II (Aquicultura); Prodecoop; Proger Rural – Programa de Geração de Emprego e Renda Rural; Custeio Pecuário Tradicional (Aquicultura e Atividade Pesqueira de Captura Conservação, Beneficiamento ou Industrialização do Pescado (SEAP, 2008, p. 13).

Na Paraíba, o Pronaf teve início, segundo Rodrigues et al. (2003), em 1996, com a participação de apenas 11 municípios. Entretanto, em 2002, o programa já alcançava 86 municípios. No que diz respeito ao Vale do Piancó, o Pronaf, operacionalizado pelo BNB, atende a 16 municípios da região.

Existem duas instituições credenciadas para elaborar os projetos de acesso ao Pronaf no Vale do Piancó: a Emater-PB e o Instituto Nordeste Cidadania. Este último tem assessores (técnicos agrícolas) que operam dentro do próprio BNB e atendem os projetos de três a quatro municípios, cada técnico, exclusivamente do Pronaf “B”. Isto é, financiamento de até R\$ 1.500,00, por operação. Todos os 19 municípios do Vale dispõem de técnicos da Emater-PB que podem elaborar projetos de todas as modalidades do Pronaf.

Entretanto, no que diz respeito ao financiamento do Pronaf para as atividades de pesca e aquicultura no Vale do Piancó, no período 2003-2007, identificamos nesta pesquisa que apenas um projeto de financiamento, no valor de R\$ 950,00, foi contratado no Município de Pedra Branca. Quadro que será timidamente modificado a partir de 2008, quando três projetos foram financiados para os municípios de Itaporanga e Conceição, nos valores de R\$ 2.370,00 e R\$ 1.300,00, respectivamente. Desde a instalação do BNB, no Vale do Piancó, houve a irrisória contratação de seis operações, no valor total de R\$ 12.294, 21, para o setor pesqueiro na região (BNB, 2009).

Quando aliados esses dados às operações totais de crédito do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE), no qual estão incluídos os projetos do Pronaf, podemos observar a irrelevância das operações nas atividades de pesca, numa região de reconhecida potencialidade hídrica. Para o Vale do Piancó, no período de 2003-2007, o BNB financiou via FNE o montante de R\$ 38.013.293,83 em 8.664 operações (BNB, 2009). Isto significa que o montante dos recursos e o número de operações para o setor pesqueiro do Vale representam percentuais, irrisórios, de 0,00658 % e 0,01448 %, respectivamente.

Vale ressaltar, entretanto, que os agentes de crédito revelaram que algumas contratações de projetos não são preenchidas corretamente, no que diz respeito à atividade produtiva a ser financiada. Isto significa dizer que algumas operações podem estar sendo classificadas em categorias que não correspondem à pesca e aquicultura, causando uma subestimação dos valores. Seja como for, as alterações nos percentuais não devem ser significativas, considerando que a categoria Outros, nas operações do BNB, apresenta um percentual baixo no total dos projetos financiados.

O que se pode inferir sobre esses resultados nas políticas de financiamento do Pronaf, na área de pesca e aquicultura no Vale do Piancó, segundo informações dos próprios gestores do programa na região, é que as informações sobre as possibilidades de acesso ao financiamento não chegam, ou não são devidamente explicadas, nas comunidades pesqueiras dos 19 municípios da região.

A incipiência do trabalho de Extensão Pesqueira levado pela Emater-PB no Vale, devido às dificuldades anteriormente analisadas, pode estar, possivelmente, relacionada à baixa demanda dos produtores pescadores por financiamento. Embora isso precise ser mais bem investigado. Seja como for, há atualmente uma preocupação por parte da Seap/PR de que até 2011 haja um incremento de 200% nos créditos contratados em todo o Brasil. Pretende cumprir esse desafio por meio do Plano de Desenvolvimento Sustentável (2008-2011), também chamado de Mais Pesca e Aquicultura (SEAP, 2008).

d) A Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas (Empasa) e a Política de Peixamento de Açudes

A Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas foi constituída, em 1991, pela fusão de outras empresas anteriores (EMPASA, 2008). Hoje está ligada diretamente à Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Pesca (Sedap) .

Tem como objetivos principais: programar, executar e fiscalizar a política global de abastecimento de gêneros alimentícios, com vistas ao desenvolvimento das atividades de produção e consumo, além de operar na melhoria da infraestrutura da produção agrícola, e promover a expansão das atividades de piscicultura extensiva e intensiva em açudes públicos e privados.

Esta proposta está alinhada inclusive com o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Setor Pesqueiro (Mais Pesca e Aquicultura), pois o próprio plano esclarece que é necessário desenvolver “Aquicultura em estabelecimentos rurais: Promoção de formas específicas de fomento à aquicultura e transferência de tecnologia de cultivos adequados para produção de peixes, camarões, entre outros” (SEAP, 2008, p.17).

Vale ressaltar que das empresas públicas estaduais da administração indireta é a única da Paraíba que tem como finalidade específica o setor pesqueiro – especialmente a piscicultura. Dos três programas, continuados e prioritários, um deles é destinado à piscicultura: o Programa Estadual de Piscicultura. Apesar de a afirmação, a seguir, aparentar

ser confusa, sobre a relação da instituição com a pesca e aquicultura familiar, ela destaca a principal função da Empasa: produzir alevinos para o setor pesqueiro. Diz o técnico:

A Empasa trabalha com produção de alevinos, capacitação das comunidades, assistência técnica em horário de trabalho – fazer fazendo – só prática, no campo, em forma de trabalho... entre 2003 e 2007 a Empasa implantação de três projetos de tanques-rede, distribuição de alevinos, capacitação técnica e assistência técnica em período de trabalho (Francisco de Assis Brasilino Lemos, responsável técnico da Estação Empasa, Itaporanga)

A fala do técnico remete sobre projetos de tanques-rede, está se referindo à implantação por meio da Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão (Seplag) de unidades de produção de peixes (tilápias) no sistema intensivo em tanques-rede que foram alocados nas cidades de Nova Olinda, Santana dos Garrotes e Coremas. Ou seja, não foi uma ação direta da Empasa, mas sim a atuação em parceria com outra entidade. Por isso, teceremos maiores comentários quando caracterizarmos o trabalho executado pela Seplag.

Ainda sobre a fala acima, em relação à capacitação abordada pelo técnico entrevistado, não existiu nenhuma outra entrevista ou documento que corroborasse com esta afirmação para o período e área estudada. Possivelmente, ele se referiu a ações que não competem à Empasa, haja vista que o entrevistado presta serviço ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural na Paraíba (Senar), como instrutor em piscicultura.

d.1) Projeto de peixamento de açudes

A Empasa dispõe de estações de piscicultura no Estado. Uma das maiores está situada em Itaporanga. Juntando-se sua capacidade com os berçários de Patos, Sousa e Riachão de Ararurana, chega-se a uma produção de 5 milhões de alevinos / ano (EMPASA, 2007). São produzidos indivíduos das seguintes espécies: Carpa (*Cyprinus carpio Linnaeus, 1758*); Tilápia (*Oreochromis niloticus L.*); Tambaqui (*Colossoma macropomum*) e Curimatã (*Prochilodus spp.*). E a partir desta produção é que se desenvolve o programa de peixamento estadual.

Por meio deste, é feito o peixamento (povoamento) dos grandes açudes públicos gerenciados por órgãos federais ou estaduais, atendendo também a produtores particulares, com a doação de alevinos para a produção de alimento, por meio da pesca artesanal.

Este processo ocorre por intermédio dos escritórios locais da empresa e prefeituras municipais que fazem diretamente a distribuição nos reservatórios (Empasa, 2008). A fala

abaixo traz elementos dos trâmites administrativos para a distribuição / doação dos alevinos.

Diz o técnico:

Distribuição de alevinos é feita através de solicitação e parceria com associações regulares que devem fazer requisição através de ofício simples, discriminando a relação dos açudes e das pessoas a serem atendidas, além das quantidades solicitadas individualmente (Francisco de Assis Brasilino Lemos, responsável técnico da Estação Empasa, Itaporanga).

Este procedimento, segundo informações do próprio técnico, exige na realidade que uma associação devidamente registrada na receita – pessoa jurídica – solicite através de ofício, discriminando a quantidade necessária e os produtores e/ou açudes a serem atendidos. Os municípios, em geral, podem fazer o pedido através de suas secretarias de Agricultura, que realizam o mesmo procedimento administrativo.

No Estado como um todo, no ano de 2005 foram produzidos e distribuídos 1.009.450 alevinos, beneficiando 26 municípios e 718 açudes e/ou produtores rurais, gerando uma renda de seiscentos mil reais (EMPASA, 2006). No ano de 2006, foi alcançado o auge da produção com 3 milhões de alevinos distribuídos, beneficiando 119 municípios e 1.854 açudes e/ou produtores rurais (EMPASA, 2007). Voltou a decrescer no ano de 2007, pois foram produzidos e distribuídos 1.528.395 alevinos, beneficiando 49 municípios e 637 açudes e/ou produtores rurais (EMPASA, 2008).

A empresa dispõe de relatórios complexos que discriminam suas ações em nível de Estado, bem como das suas regionais. Ao se analisar este relatório, percebe-se claramente que no período de 2003 a 2007, quase todos os municípios do Vale do Piancó foram atendidos (Tabela 4). Em especial, o município de Itaporanga foi o local que mais recebeu peixes.

Tabela 4 – Municípios atendidos pela distribuição de alevinos entre 2003 e 2007, contendo o número de açudes / produtores atendidos e de alevinos distribuídos

Município	2003	2004*	2005	2006	2007*
Número de açudes/ número de alevinos					
Conceição	1/14.000	-	22/41.000	2/3.000	-
Santana de Mangueira	-	-	-	-	-
Itaporanga	77/234.950	-	54/69.000	133/516.000	-
Piancó	5/10.000	-		2/5.000	-
Olho D'Água	2/10.000	-	1/4.000		-
Santana dos Garrotes	1/5.000	-	1/3.000	2/6.000	-
Catingueira	5/10.000	-	-	1/5.000	-
Emas	-	-	-	-	-

Aguiar	5/5.000	-	4/4.000	11/12.000	-
Igaracy	1/3.000	-	-	2/6.000	-
Nova Olinda	-	-	-	1/1.000	-
Ibiara	-	-	-	3/3.000	-
Santa Inês	-	-	-	1/15.000	-
Boa Ventura	3/13.200	-	-	-	-
Diamante	1/5.000	-	1/3.000	7/7.000	-
Serra Grande	1/5.000	-	25/27.000	5/10.000	-
São José de Caiana	11/29.000	-	14/6.000	3/6.500	-
Curral Velho	2/26.000	-	20/20.000	3/12.000	-
Pedra Branca	1/3.000	-	-	-	-

Fonte: Relatórios Empasa (2004 a 2008)

* Não se conseguiu relatório referente a 2004 e 2007

Ao analisar a fala do representante do sindicato, questionamos a estatística da Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas (Empasa), haja vista que o Município de Itaporanga teria sido beneficiado entre 2003 e 2007 com números expressivos de alevinos, em detrimento dos outros municípios do Vale do Piancó. Não obstante, a fala a seguir diverge consideravelmente dos relatórios. Como diz o representante:

Até agora nunca houve nenhuma instituição, não tem distribuição de peixe, nem nada para a pesca, só tem um movimento de vez em quando, pra fazer uma pescaria no açude do governo (André Moises Cirilo, fiscal do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Itaporanga).

Deve-se analisar com cuidado esses dados, pois, talvez, para Itaporanga, as informações do Sindicato Rural sejam representativas, já que a entidade agrega cerca de 90 associações comunitárias rurais, tem um quadro de 7 mil sócios, dos quais 400 são assíduos.

Possivelmente, apesar de constar nos relatórios da Empasa, a nossa preocupação é que pode de fato ter sido considerada a demanda e não a distribuição efetiva, pois anualmente a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (Emater), através de seus 19 escritórios da região, informa a Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Pesca da Paraíba (Sedap) a demanda local deles, para o planejamento na produção de alevinos daquela.

E possivelmente, estes dados que são repassados à Empasa, para compor o planejamento, são usados em seus relatórios. Fato comum, na realidade, e apesar de Itaporanga dispor de uma das maiores estações de piscicultura do Nordeste do Brasil, existe déficit de alevinos para adquirir na região do Vale do Piancó; os produtores têm que se deslocar inclusive para outros Estados (Ceará e Rio Grande do Norte), para adquiri-los.

Apesar de não ter sido citado, em nenhuma entrevista, queremos destacar o projeto *Agrofish I e II*, que era colocado como uma prioridade para ser executado, respectivamente, na estação de Piscicultura de Itaporanga e Várzea de Sousa-PB (EMPASA, 2008).

O projeto previa que 6 Ha dos 25,6 Ha da Estação de Itaporanga seriam utilizados para o projeto *Agrofish I* – culturas agrícolas consorciadas com piscicultura. Apesar de recursos humanos e financeiros terem sido destinados para tal, os resultados foram incipientes (EMPASA, 2007). Só para registrar, outra ação difusa é a realização de torneio de pesca amadora no açude de Cachoeira dos Alves, Itaporanga, que durante o período de 2003 a 2007 teve duas edições.

e) A atuação da Secretaria do Desenvolvimento Humano do Estado da Paraíba (SEDH)

A Secretaria do Desenvolvimento Humano do Estado da Paraíba operacionaliza diversos programas, projetos, serviços e benefícios no combate às desigualdades sociais no Estado. Apesar de seu foco estar voltado às políticas assistencialistas, existem ações que estimulam atividades produtivas, promovendo a inserção social, visando a melhoria de qualidade de vida da população.

Tem como missão principal coordenar a Assistência Social do Estado da Paraíba e articular ações sociais de forma descentralizada, envolvendo todos os municípios do Estado.

Como dito anteriormente, considerando o baixo IDH dos municípios do Vale do Piancó, a Secretaria do Desenvolvimento Humano do Estado da Paraíba busca minimizar os problemas sociais existentes, por meio do aproveitamento do potencial hídrico da região. Em meados de 2006, surge o Projeto Arranjo Produtivo de Produção Superintensiva de Tilápia em Tanques-Rede.

e.1) O Projeto Arranjo Produtivo de Produção Superintensiva de Tilápia em Tanques-Rede

Concebido para atender especificamente os municípios de Itaporanga, Igaracy e Piancó, o Projeto Arranjo Produtivo de Produção Superintensiva de Tilápia em Tanques-Rede é destinado ao desenvolvimento da piscicultura em comunidades rurais. Esta proposta surgiu para apoiar a organização social comunitária, promover a educação nutricional e gerar alternativa de renda no local. Para a execução do projeto, foi previsto o desenvolvimento de

parcerias para a realização de capacitações nas áreas de processamento e beneficiamento do pescado (PARAÍBA, 2006). Entretanto, não é explicitado de que maneira essas parcerias foram estabelecidas.

O projeto conta com um orçamento que totaliza o montante de R\$ 310.200,00, mediante recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza no Estado da Paraíba (R\$ 282.000,00) e por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (R\$ 28.200,00), dos quais R\$ 135.000,00 são destinados à compra de tanques-rede e cerca de R\$ 120.000,00 para a aquisição de ração. Apesar de as discussões sobre o projeto, bem como a sua submissão à apreciação dos órgãos financiadores terem ocorrido entre 2006-2007, sua execução só foi iniciada no último trimestre de 2008 no município de Igaracy e no primeiro trimestre de 2009, em Piancó, não tendo sido ainda operacionalizado na cidade de Itaporanga.

Mesmo sendo a proposta do projeto destinada às comunidades rurais, há opiniões, como a do diretor pedagógico, Joaquim Élson, do Coletivo dos Pequenos Produtores de Itaporanga e Região (Coopir) e da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), afirmando que esse projeto tem servido na realidade aos interesses de grandes proprietários de terra com reservatórios maiores que não representam o público alvo da ação. Inclusive, essa Oscip prepara uma ação na Curadoria e no Ministério Público (MP) para apurar a responsabilidade desse possível desvio da proposta original do projeto.

f) A Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão (Seplag)

A Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão foi incumbida, recentemente, de administrar o convênio entre o Estado da Paraíba e o Banco Mundial que operacionaliza o Projeto de Redução da Pobreza Rural na Paraíba (Cooperar). A partir desse momento faremos referência em todo texto, não mais a ação da Seplag, mas sim diretamente ao projeto Cooperar que é reconhecido em todo o Estado e fora dele, pois o mesmo já passou pela administração de outras secretarias, mas não perdeu a sua identidade.

f.1) O Projeto de Redução da Pobreza Rural da Paraíba (Cooperar)

Cooperar é um nome fantasia do Projeto de Redução da Pobreza Rural da Paraíba (PORTAL PROGRESSO, 2009). Os recursos deste projeto são oriundos de um convênio

firmado entre o governo do Estado da Paraíba e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) (RODRIGUES et al., 2003).

O Projeto de Redução da Pobreza Rural da Paraíba (PCPR/PB) está pautado na demanda das comunidades pobres do meio rural e municípios com até 7.500 habitantes, sendo essas demandas identificadas e priorizadas pela comunidade, por intermédio de assembleia geral, convocada e dirigida pela associação comunitária. Essas demandas são apresentadas na forma de subprojetos.

Os subprojetos são preparados e submetidos ao Conselho Municipal que, após proceder à análise e priorização, encaminha para as gerências regionais da Unidade Técnica do Projeto Cooperar para análise técnica, financeira e ambiental (PARAÍBA, 2008a). Segundo Rodrigues et al. (2003), apesar de existir atualmente esta estratégia de planejamento, elaboração e execução coletiva, anteriormente era comum nos manuais e demais materiais informativos relacionados a este projeto encontrar a família rural no centro da estratégia de ação.

As demandas comunitárias eram traduzidas em subprojetos de investimentos, de pequena dimensão, com custo total máximo equivalente a US\$ 50 mil, sendo admitidos casos de exceções para valores superiores, desde que analisados e aprovados pelo Banco Mundial.

Após a assinatura do convênio entre o Cooperar e a Associação, o recurso para a execução é repassado à conta apresentada na celebração (PARAÍBA, 2002). Esses subprojetos podem ser direcionados para infraestrutura básica (eletrificação rural, açudes reservatórios, bombas, poços tubulares); produtivos (pequenos sistemas de irrigação, beneficiamento de cereais e frutas, mecanização agrícola, piscicultura) e sociais (saneamento básico, creches, centros comunitários e privadas higiênicas) (PARAÍBA, 2008b). Este fato fica evidenciado na entrevista do coordenador regional, abaixo transcrita:

Implantação de projetos de tanques-rede para Santana dos Garrotes e Nova Olinda. Vinte e um tanques-rede para cada comunidade. Entre 2004 e 2005 (Francisco Leite Minervino, gerente regional do Cooperar, Itaporanga).

No financiamento dos subprojetos, o Banco Mundial banca 75% (setenta e cinco partes percentuais) do custo total dos subprojetos aprovados; 15% (quinze partes percentuais) serão de responsabilidade do Estado e os 10% (dez partes percentuais) restantes representam a participação das comunidades beneficiárias. A contribuição das comunidades poderá ser feita em dinheiro ou com o aporte de mão-de-obra e de materiais disponíveis na comunidade (PORTAL PROGRESSO, 2009).

No Estado da Paraíba, no período de 2003 a 2008 foram financiados 1.308 projetos comunitários (PORTAL PROGRESSO, 2009). Já no Vale do Piancó, onde fica localizada a regional do Cooperar, em Itaporanga, que é responsável por atender todos os municípios da área em estudo, só foram operacionalizados entre 2003 e 2007 dois subprojetos direcionados às que atenderam duas associações de pescadores / piscicultores com 21 tanques-rede / cada, conforme fala já transcrita do gerente regional do Projeto Cooperar.

Esses dois subprojetos de investimento para o cultivo de tilápia em tanques-rede foram desenvolvidos por volta de 2004. Ficou a cargo da Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas (Empasa), o acompanhamento técnico-produtivo; e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o acompanhamento organizacional e gerencial. Esses acompanhamentos foram destinados aos três primeiros cultivos (ciclo de seis meses / cada) para cada grupo a ser atendido no respectivo município. Depois deste período, as associações deveriam dar prosseguimento às atividades de forma autossustentável, ou seja, sem a atuação das instituições. Os objetivos desses projetos parece não terem sido alcançados, conforme informações fornecidas por técnico do Cooperar. Diz ele:

Entre 2004 e 2007 foram executados projetos de tanques-rede, funcionando precariamente. Foram orçados três cultivos (Manoel Jaci, técnico de desenvolvimento rural do Cooperar, Itaporanga).

Embora o trabalho tenha sido pautado na construção coletiva por meio das organizações de piscicultores, os projetos de tanques-rede do Cooperar não lograram a sustentabilidade pretendida. Houve paralisações, como se refere um dos piscicultores participantes do projeto:

Com este projeto, esperava-se alcançar a autossuficiência a partir do terceiro ciclo, inclusive com a ampliação do projeto, porém aconteceu de forma diferente. O projeto foi paralisado e frustrou as expectativas (João Lopes Neto, pescador da Associação de Piscicultores e Pescadores de Santana dos Garrotes).

O Cooperar, embora condizente com a perspectiva de formação do capital social para o desenvolvimento local, se revelou, na prática, como mais um projeto com dificuldades de operacionalização no âmbito da pesca e na região do Vale do Piancó. Aspectos que serão mais detalhados no Capítulo III.

g) A Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (Seap / PR), no Estado da Paraíba

A Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (Seap/PR) foi criada pela Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003, e referendada pela Lei nº 10.683, de maio de 2003 (BRASIL, 2003). A Seap/PR tem status de Ministério e atribuições para formular a política de fomento e desenvolvimento para a aquicultura e pesca no Brasil (OSTRENSKY; BORGHETTI; SOTO, 2008).

A criação da Seap / PR é fruto de uma antiga demanda do setor pesqueiro (BRASIL, 2006). Ostrensky; Borghetti; Soto (2008) acrescentam que este processo foi dentro de uma perspectiva de política de gestão e ordenamento do setor, mantendo o compromisso com a sustentabilidade ambiental.

Assim como em todos os Estados da Federação, na Paraíba tem um escritório estadual da Seap/PR. Apesar de Carvalho (2007) demonstrar que existem dezenas de projetos que são operacionalizados pela Seap/PR em outros Estados, a exemplo de Pernambuco, na região em estudo, o Vale do Piancó, existe apenas o Projeto Tilápias no período 2003-2007.

g.1) Projeto Tilápias (Seap/PR-PB)

O Projeto Tilápias, segundo a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (2007b), representa um novo modelo de gestão e até uma outra oportunidade de trabalho para gerar renda e alimento. Nesse projeto, a Seap/PR fornece a capacitação e assistência técnica, o Banco do Brasil financia a instalação dos módulos e o governo do Estado da Paraíba se responsabiliza pelo licenciamento das barragens (SEAP, 2007b).

Essa parceria entre Seap/PR e Banco do Brasil, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), se assemelha ao Projeto Tilápia Paraíba, coordenado pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento da Agropecuária e Pesca (Sedap), como já descrito anteriormente. São, portanto, projetos idênticos, mas operacionalizados por instituições distintas. Entretanto, do ponto de vista de capital social institucional, esses projetos dão sinais de não contribuírem efetivamente para o desenvolvimento local, na medida em que as divergências político-partidárias podem impedir o estabelecimento de novas parcerias, bem com a efetivação de outras. Essas divergências são percebidas na fala do secretário executivo da Pecuária e Pesca da Paraíba, a seguir:

Como se vê, desde maio de 2007 estamos lutando para implantar este projeto, portanto não houve facilidades...as dificuldades foram:

Falta de entrosamento entre os membros dos órgãos do Estado ligados ao setor. Problemas políticos e de orgulho pessoal de alguns dificultaram a entrada de alguns técnicos no projeto.

Outro ponto negativo foi a falta de apoio da Seap-PR devido a problemas políticos. Não há uma só parceria concreta entre este órgão e o setor do pescado no Estado. Pelo contrário, o Conselho de Desenvolvimento Rural do Estado acolheu e apurou denúncias referentes ao Projeto desenvolvido pela Seap e verificou vários indícios de irregularidades, através de depoimentos, filmagens e fotos. O inquérito deve ser enviado à Polícia Federal e Ministério Público para as devidas providências (Fábio Agra de Medeiros Nápoles, secretário executivo da Pecuária e Pesca da Paraíba).

Seja como for, o Projeto Tilápias da Seap/PR no Estado da Paraíba vem atendendo, segundo esta instituição, a 150 famílias de pequenos produtores rurais de sete cidades da Paraíba nas técnicas de cultivo de peixe em tanques-rede. A meta da Seap/PR é ampliar o projeto para 30 reservatórios a fim de produzir 10 mil toneladas, com financiamento de dez milhões de reais (SEAP, 2007b). Entretanto, dos cinco projetos apontados como em fase de execução na região do Vale do Piancó, para os municípios de Itaporanga, Piancó, Olho D'Água, Conceição e Santana de Mangueira, nenhum deles havia sido implantado até janeiro de 2009, segundo entrevistados para esta pesquisa. Apenas foram implantados na região os do Projeto Cooperar para criação de peixes em tanques-rede. Assim refere o presidente da Associação dos Pescadores do Açude de Cachoeira dos Alves, com relação ao município de Itaporanga:

Entre 2003 e 2007 só colocaram pra funcionar aqui na região o projeto de tanques-rede do Cooperar em Santana dos Garrotes e Nova Olinda e um treinamento do Senar, que não foi feito aqui, mas levaram 15 pessoas para fazer treinamento em Sumé e João Pessoa em 2006 (José Fransueldo da Silva, presidente da Associação dos Pescadores do Açude de Cachoeira dos Alves, Itaporanga).

Fechando o cerco aos projetos aqui descritos, pôde-se dizer que no Vale do Piancó as organizações públicas empenhadas no desenvolvimento da pesca e da piscicultura na região não conseguiram, até o momento, atingir as metas estabelecidas. Fatores de ordem burocrática, de gestão pública, de frágil mobilização dos agricultores, pescadores e piscicultores e de questões político-partidárias sinalizam como motivo determinante desse processo. O Capítulo 3 discutirá as implicações desses fatores no âmbito do capital social institucional para o desenvolvimento local da pesca e da aquicultura no Vale do Piancó.

CAPÍTULO 3

CAPITAL SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL DA PESCA E DA AQUICULTURA NO VALE DO PIANCÓ

O capital social surge, segundo Marteleto e Silva (2004), de relacionamentos compartilhados de cooperação entre ou dentro de diferentes grupos sociais ou institucionais. Neste trabalho, consideramos a noção de capital social interinstitucional como a quantidade de relações mantidas por um grupo ou instituição que pode ser transformada em outras formas de capital (econômico, humano) e que se traduz em desenvolvimento, especificamente, em desenvolvimento local, que discutiremos posteriormente (BOURDIEU, 1983; MARTELETO; SILVA, 2004; ALBAGLI; MACIEL, 2004; FREY, 2003; SAWAYA, 2006; VILLA, 2006).

O capital social interinstitucional surge, portanto, das relações, de parcerias, de construção de redes, ou seja, nasce dos processos de comunicação ou de relações entre as organizações envolvidas em políticas de desenvolvimento local. Conforme Albagli e Maciel (2004), capital social interinstitucional está embutido em estruturas sociais – relações entre as instituições que compõem uma região.

Nessas estruturas, estão subentendidas que quanto maior o número de relações, maior será o capital social. Para Bourdieu (1983), o volume do capital social depende da rede de conexões que se pode mobilizar efetivamente.

A própria Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) reafirma a importância desse tipo de capital, quando coloca a necessidade de sua construção, especialmente entre os atores das diversas esferas governamentais, deixando isso explícito nas suas diretrizes (MDA, 2004). Diversos autores colocam este fato como uma tendência contemporânea (FRANCO, 2001; CALLOU; TAUKE SANTOS, 2003, 2006; CALLOU et al., 2006; CARVALHO, 2007).

Apesar da importância conferida pelos autores e pela própria Pnater ao capital social, percebe-se que no Vale do Piancó parte das parcerias estabelecidas para o desenvolvimento da pesca e aquicultura funciona, na realidade, ora como exigência burocrática para a implantação dos projetos, ora como discurso contemporâneo para o estabelecimento de ações participativas.

O primeiro exemplo, nessa perspectiva, são as parcerias indicadas nos relatórios da Empasa, a seguir, que se apresentaram como mera formalidade institucional nos projetos. Ou seja, essas parcerias não são constituídas a partir de uma problemática local, envolvendo as diferentes organizações e comunidades. Tal aspecto fortaleceria o capital social interinstitucional, considerado importante para instaurar processos de desenvolvimento local. Dizem os relatórios da Empasa:

...variadas são as parcerias técnicas: como a Sedap, Dnocs, Sebrae, Ibama, Emater, Senar, Projeto Cooperar, Prefeituras, Agrotécnicas e Associações Comunitárias, que numa ação integrada, buscam desenvolver a piscicultura em águas interiores (Empasa; 2008, 2007, 2006, p. 4).

Essa mesma situação parece ocorrer em relação à Sedap e às empresas a ela subordinadas: a Empasa e a Emater. Neste caso, a parceria é encontrada apenas nos documentos, e, em alguns casos, se reflete em ações locais. Entretanto, não dá sinal de que surgiu de um esforço dos atores sociais presentes no Vale do Piancó. Em última instância, deixa transparecer que cumpre apenas as determinações burocrático-institucionais de instâncias superiores, em nível estadual e federal. A respeito da importância do capital social na perspectiva do desenvolvimento local, diz Costa (2007):

... o capital social representa uma variável importante para a viabilidade do desenvolvimento, considerando que mostra as diversas formas e condições para se estabelecer as ligações existentes entre as estruturas (econômicas, sociais, institucionais e ambientais, etc.) e os indivíduos na construção do

desenvolvimento. Neste sentido, torna-se preponderante o envolvimento do maior número possível de atores sociais, em especial, os representantes das instituições públicas e privadas, e os agentes produtivos, buscando conciliar os interesses da sociedade civil e do poder público de forma convergente, contribuindo com a geração da cidadania de forma deliberativa e participativa (COSTA, 2007, p.106-107).

A relação entre a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (Emater-PB) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) é mais um exemplo desse tipo de parceria. A Emater-PB presta assistência técnica e extensão rural e elabora os projetos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Esses projetos precisam ser encaminhados a um órgão financiador para ser avaliados e possivelmente contratados. Na região do Vale do Piancó, o BNB era o único agente autorizado, no período aqui considerado, para a contratação de projetos. Essa relação de parceria está oficializada no Manual de Crédito Rural (BRASIL, 2004). A fala do coordenador da Emater na região reafirma essa parceria que não ocorre efetivamente na prática, mas está institucionalizada por meio de relatórios, programas e projetos. Diz ele:

A Emater-PB atua na distribuição de alevinos com a parceria da Empasa em todos os municípios de nossa região. Na elaboração dos projetos do Pronaf não há parceria, só é elaborar as propostas e enviar para o banco (Nilson de Brito Lira, coordenador regional da Emater Itaporanga).

Fato é que, em alguns casos, as organizações conseguem pôr em prática ações no local, a partir das parcerias interinstitucionais estabelecidas. Entretanto, parecem não fugir à regra geral de serem criadas por determinações exteriores a esse local. Assim, se refere o entrevistado do BNB:

Emater...elaborou alguns projetos, o banco financiou e a Emater que é parceira presta assistência...Instituto Nordeste Cidadania – Agroamigo: elaborou, o banco financia e os assessores do Agroamigo acompanham os projetos (Emanuel Messias Araújo da Silva Nóbrega, gerente do Pronaf BNB na região de Itaporanga).

A relação entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Agropecuária e Pesca (Sedap), a Emater-PB, a Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (Aesa) e a Superintendência de Administração do Meio Ambiente da Paraíba (Sudema) é mais um exemplo desse tipo de parceria interinstitucional. O que existe, na verdade, entre elas é uma hierarquia dentro do Estado da Paraíba. Aspecto que não caracteriza uma efetiva construção de capital social interinstitucional, mas apenas uma relação burocrática. Assim, como no caso anterior, o gestor da Sedap afirma em entrevista:

...Em parceria com a Sudema e a Aesa, foram selecionados os açudes de melhor capacidade hídrica, feitas as análises de águas desses mananciais e

retirada das outorgas...Projeto Tilápia Paraíba: [tem como parceiros] Sedap, Banco do Brasil, BNB, Sebre, Senar, Emater, Sudema, Aesa, Ibama e associações de pescadores (Fábio Agra de Medeiros Nápoles – secretário executivo da Pecuária e Pesca – Paraíba).

É necessário esclarecer, ainda, que essas relações de parcerias, além de institucionalizadas nos documentos oficiais, ocorrem também nos discursos dos gestores das políticas públicas ou dos projetos. Possivelmente, o discurso serve para colocar a instituição no âmbito da gestão contemporânea do desenvolvimento local que tem no estabelecimento de parcerias o ponto de partida para o crescimento do capital social interinstitucional.

Esse tipo de capital social interinstitucional é efetivamente gerado no Vale do Piancó a partir do envolvimento de no máximo três instituições, durante a execução de políticas públicas ou projetos na região, como pode ser observado nos relatos dos gestores entrevistados:

A elaboração do projeto era pela Empasa e assistência técnica e o Cooperar foi o órgão financiador (Francisco Leite Minervino, gerente regional Cooperar Itaporanga).

Sebre – capacitação, Senar – capacitação, Empasa – elaboração do projeto técnico, mais assistência técnica (Manoel Jaci, técnico de Desenvolvimento Rural do Cooperar em Itaporanga).

Tanques – Rede: Cooperar, Empasa, Sebrae, Senar...o Sebrae e Senar estiveram em todos os momentos...Distribuição de alevinos: parceria com as associações (regulares) – através de ofício (simples) (Francisco de Assis Brasilino Lemos, responsável técnico da Estação da Empasa, Itaporanga).

Apesar de nosso objetivo aqui não ser o de quantificar o capital social interinstitucional, sabemos por Bourdieu (1983) que quanto maior o número de redes de conexões estabelecidas, maior serão as possibilidades de transformar esse capital social em outras formas de capital, como o econômico e o cultural. No caso dos projetos para o Vale do Piancó, as redes de conexões estabelecidas soam, ainda, como incipientes para instaurar o desenvolvimento local na região.

Vale ressaltar, ainda, que a importância da construção de parcerias institucionais que, em síntese, fortalece o capital social interinstitucional, está prevista no objetivo principal da própria Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (Seap/PR), conforme trecho a seguir:

O objetivo principal do Projeto Político da Seap/PR é a elaboração e a implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Equicultura e Pesca e, assim, articular os demais órgãos, como o Ministério de

Integração Nacional; o Ministério de Meio Ambiente; o Ministério de Ciência e Tecnologia e o Ministério da Educação, órgãos e entidades estaduais e ações que estimulem a produção, promovam a inclusão social e contribuam para a segurança alimentar e para o desenvolvimento do setor. As sucessivas crises de instabilidade institucional foram superadas e o espaço ocupado é cada vez mais reconhecido, mesmo que ainda suas ações não tenham o alcance nacional (BRASIL, 2006, p.6-7).

A incipiência desse capital social interinstitucional pode se tornar fator limitante para o desenvolvimento local da pesca e aquicultura no Vale do Piancó. Aspecto observado por Callou e Tauk Santos (2006) no Programa de Combate à Pobreza Rural em Pernambuco (PCPR), programa este semelhante ao Projeto de Redução da Pobreza Rural da Paraíba (Cooperar). A fragilidade dessas redes de conexões interinstitucionais impediu o desenvolvimento endógeno das comunidades envolvidas no PCPR. É nesse sentido que Franco (2005) esclarece que o capital social propicia um ambiente favorável ao desenvolvimento local.

É por motivos como esse, talvez, que o capital social está no cerne das discussões contemporâneas do desenvolvimento na perspectiva local (KHAN; SILVA, 2005; MAYORGA et al., 2004). Frey (2003) acrescenta que para se falar em desenvolvimento local é necessário discutir o capital social. Assim, diante das características do capital social interinstitucional no Vale do Piancó é de se perguntar como está se construindo o desenvolvimento local da pesca e da aquicultura na região, por meio dos projetos das organizações governamentais de desenvolvimento.

Como vimos anteriormente, o desenvolvimento local é aqui considerado como a capacidade de uma determinada sociedade para adquirir certo domínio sobre o seu desenvolvimento (FERNANDES; SAMPAIO, 2006). Nesse processo, não perde de vista a perspectiva de multidimensionalidade e complexidade desse tipo de desenvolvimento em suas dimensões econômica, política, ambiental (OLIVEIRA, 2001; JARA, 1998; ZAPATA et al., 2000). Nesta concepção, desenvolvimento é um movimento sinérgico, onde se consegue estabelecer uma estabilidade dinâmica em um sistema complexo (FRANCO, 2005). Para tal, é necessário que se instalem padrões de interação internos (entre os elementos do conjunto) e externos (como o meio circundante), em que sejam aproveitadas as potencialidades, reduzidas as dificuldades a partir da concertação dos atores locais e externos (formação de capital social).

Nesse contexto, serão analisados alguns elementos – internos e externos – no desenvolvimento local do Vale do Piancó, a partir dos projetos de pesca e de aquicultura mapeados na região. São sete os elementos aqui considerados: a) potencial, população,

políticas públicas; b) cultura, organização, associativismo; c) gestão das organizações dos pescadores e das políticas públicas; d) assistência técnica, extensão pesqueira e crédito; e) infraestrutura e insumos; f) sustentabilidade das políticas públicas, experiências negativas e ingerências; g) aspectos ambientais.

a) Potencial, população, políticas públicas

O potencial da região do Vale do Piancó para a pesca e aquicultura, já tratado anteriormente, ficou evidenciado pelos mais de 2 bilhões de m³ de águas armazenadas em barragens, açudes, represas. Aspectos reconhecidos pelos técnicos de diversas organizações que atuam na região. Dizem eles:

O Vale do Piancó dispõe de grandes reservas hídricas que podem ser usadas para a piscicultura (Emanuel Messias Araújo da Silva Nóbrega, gerente do Pronaf, BNB, região de Itaporanga).

No município de Nova Olinda existe um grande reservatório para desenvolver a piscicultura em tanques-rede (José Juacy Gomes Chagas, chefe do escritório da Emater em Nova Olinda).

O município de Piancó tem um grande potencial para a pesca e piscicultura, pois faz margem com o açude de Coremas..há facilidade de comércio, venda ao consumidor. Os pescadores têm facilidade em pagar as parcelas do Pronaf B (Geraldo Braga dos Santos , técnico do escritório da Emater em Piancó).

Essa potencialidade com vistas ao desenvolvimento da pesca e piscicultura no Vale do Piancó revela-se como fundamental quando se sabe que os indicadores sociais da região apontam para um baixo IDH, como visto anteriormente. Aspecto igualmente reconhecido pelos gestores das organizações presentes no Vale. Assim se refere o gerente regional do Cooperar em Itaporanga:

O projeto de cultivo de peixes em tanques-rede representa a oportunidade de aumentar renda e emprego, melhoria de vida das comunidades, especialmente com o financiamento a fundo perdido (Francisco Leite Minervino, gerente regional do Cooperar em Itaporanga).

Outro aspecto a ser considerado no aproveitamento dessa potencialidade econômica endógena é o interesse das organizações em participar de projetos de pesca e piscicultura na região, se consideramos a opinião do chefe do escritório da Emater em Ibiará. Diz ele:

Um dos maiores pontos positivos no Vale do Piancó é o interesse da associação e dos pescadores para participar dos projetos na área (Célio Emídio Sousa, chefe do escritório da Emater em Ibiará).

Fato é que, a julgar pelos projetos analisados no Capítulo II, pode-se inferir que as ações desenvolvidas em 2003-2007 não contribuíram efetivamente para aproveitar as potencialidades econômicas para pesca e piscicultura e atender as demandas dos atores sociais de redução da pobreza regional, na perspectiva do desenvolvimento local. Aspecto que vai de encontro à II Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca que preconiza que os projetos das políticas públicas devem ser destinados aos excluídos de forma emergencial (BRASIL, 2006).

b) Cultura, organização, associativismo

No Vale do Piancó foram criadas, entre 2003-2007, seis associações de pescadores e piscicultores, o que denota a ação do governo para o desenvolvimento da pesca na região. Entretanto, essas organizações parecem não atender às exigências da produção coletiva nas atividades de pesca, pois, segundo alguns gestores, essa tradição não é comum no Vale do Piancó, conforme está explicitado na fala do gerente do Pronaf, a seguir:

No Vale do Piancó não existe a cultura do público para exercer a atividade de piscicultura de forma coletiva. As principais atividades são a pecuária e agricultura (Emanuel Messias Araújo da Silva Nóbrega, gerente do Pronaf, BNB, região de Itaporanga).

Por outro lado, essas associações foram criadas muito mais para atender às exigências dos projetos de desenvolvimento das organizações governamentais, do que para atender à necessidade percebida pela própria organização dos produtores. Aspecto considerado comum no Brasil por autores como Ostrensky; Borghetti; Soto (2008), quando afirmam que a falta de organização comunitária adequada é o segundo maior problema do setor pesqueiro brasileiro.

Essa característica do setor pesqueiro é citada, inclusive, pelo diretor de Aquicultura Nacional, como um dos fatores limitantes do desenvolvimento da área, quando assim se expressa:

Os principais pontos negativos que encontramos no setor pesqueiro dizem respeito à burocracia, conflitos de interesses, e ao fato do setor pesqueiro ser desorganizado (João Felipe Nogueira Matias, diretor de Desenvolvimento da Aquicultura Seap/PR em Brasília).

Nesse contexto, parece imprescindível reafirmar a importância da organização dos pescadores e piscicultores do setor no Vale do Piancó para alcançar o desenvolvimento local. Este, como vimos, passa pelo empoderamento, pelo protagonismo e pela participação das comunidades na construção de ações que venham a contribuir efetivamente para a autonomia

dos atores sociais. Esta importância está evidenciada nos trabalhos de diversos autores (JARA, 1998; ZAPATA et al., 2000; LACKI, 1996; SAMPAIO, 2002).

Assim sendo, a fragilidade nas formas associativas no Vale do Piancó pode estar comprometendo a implementação dos projetos públicos e até a sustentabilidade da própria organização produtiva (CUNHA, 2009). Vale ressaltar que a Seap/PR (2008) destaca que a organização do setor pesqueiro por meio do associativismo e do cooperativismo tem a finalidade de estruturar a cadeia produtiva e gerar qualidade de vida para a população.

c) A gestão das organizações dos pescadores e das políticas públicas

Os processos de gestão dos projetos de pesca e de aquicultura das organizações governamentais do Vale do Piancó, por parte das associações de pescadores, se revelaram frágeis em virtude de não existir, ainda, segundo os técnicos locais, uma cultura para desenvolver trabalhos coletivos, entre outros problemas, como se verá posteriormente. Essa fragilidade parece não ter sido superada, apesar das capacitações realizadas para pescadores da região. Assim se referem os técnicos:

dificuldades de gestão da associação, apesar de terem sido feitas capacitações... os pescadores vendem a produção a preço baixo... dificuldades de acesso e compra de insumos (Francisco de Assis Brasilino Lemos, responsável técnico da Estação Empasa em Itaporanga).

A maior dificuldade é o acesso ao local [dos tanques-rede], gestão da associação, falta de continuidade dos projetos. Problemas nas vendas e no associativismo (José Juacy Gomes Chagas, chefe do Escritório da Emater em Nova Olinda).

Essa percepção dos técnicos sobre a gestão dos projetos pelas associações dos pescadores é corroborada por alguns pescadores, quando se referem às dificuldades encontradas durante a execução dos projetos de pisciculturas. Entre elas, dificuldades no âmbito do gerenciamento da associação, problemas na comercialização do pescado e roubos dos equipamentos (João Lopes Neto, pescador da Associação de Produtores e Pescadores de Santana dos Garrotes). Ao lado disso, alegam, ainda, problemas políticos entre as associações de pescadores, Sindicato dos Pescadores da Paraíba e algumas organizações governamentais e não-governamentais. Esses problemas chegaram a inviabilizar a implantação de projetos de piscicultura, particularmente no Município de Santana de Mangueira (Geraldo Alexandre Pacheco, produtor rural da Associação dos Produtores Rurais da Comunidade de Sumanhuma).

Quanto à gestão das organizações governamentais, o que se observa é a existência de problemas relacionados ao entrosamento dos gestores das organizações ligadas ao setor pesqueiro da Paraíba, falta de apoio de organizações-chave do processo de desenvolvimento da pesca, como a Seap/PR, entre outros, que acabam por fragilizar o capital social interinstitucional, como foi visto anteriormente. Esses aspectos, quando não enfrentados num processo de concertação, como se refere Oliveira (2001), contribuem para inibir os processos de desenvolvimento local na região.

O Estado da Paraíba e o próprio Vale do Piancó são locais de muita efervescência política e, costumeiramente, ocorrem mudanças em cargos do setor pesqueiro, por motivos pessoais ou simplesmente por divergências político-partidárias. Situação que, talvez, não esteja contribuindo para concertações sustentáveis temporalmente e conseqüentemente não contribui para o desenvolvimento do setor pesqueiro na região do Vale.

d) Assistência técnica, extensão pesqueira e crédito

A importância da assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola para o progresso local de qualquer região com potencial para o desenvolvimento da pesca e, como é o caso do Vale do Piancó, é percebida por diversos autores. Entretanto, há uma série de problemas relacionados à ação das organizações que lidam com essas atividades, principalmente no que diz respeito ao reduzido número de técnicos disponíveis para realizar o trabalho de extensão nas comunidades. Nas regiões Sudeste-Sul, Ostrensky, Borghetti e Soto (2008) assim se referem:

Os órgãos de extensão têm um papel fundamental no desenvolvimento da aquicultura. Hoje eles, porém, o fazem com sérias limitações, haja vista o quadro reduzido de técnicos com dedicação exclusiva à aquicultura. As empresas como a Emater (Paraná), a Cati (São Paulo) e a Epagri (Santa Catarina) são praticamente as únicas que atuam na área de assistência técnica e extensão rural na área de piscicultura, na elaboração de projetos e no acompanhamento dos sistemas de produção. O fazem, porém, com uma série de limitações – devido aos quadros profissionais reduzidos – e com atuação ainda muito tímidas (OSTRENSKY; BORGHETTI; SOTO, 2008, p.147).

Esse fator limitante da Extensão Pesqueira é igualmente encontrado no Vale do Piancó, como foi observado no mapeamento dos projetos da Emater-PB e do BNB. O alcance das metas estabelecidas no planejamento anual da Emater ficou de alguma forma comprometido em virtude dessa deficiência. Tal aspecto, evidentemente, não passaria despercebido pelos técnicos que atuam na região:

Nós sentimos a falta de acompanhamento especializado em piscicultura e pesca, para podermos prestar assistência técnica de qualidade aos pescadores (Geraldo Braga dos Santos, técnico do Escritório da Emater em Piancó).

Uma assistência técnica eficiente e continuada em comunidades pesqueiras pode trazer resultados positivos, como foi o caso do projeto de implantação de tanques-rede em Nova Olinda e Santana dos Garrotes, desenvolvido pelo Projeto Cooperar, no Vale do Piancó. Os índices zootécnicos foram considerados satisfatórios, nos primeiros cultivos. Assim se expressa o responsável técnico da Estação de Piscicultura da Empasa:

apesar dos problemas do projeto do Cooperar, com o acompanhamento técnico da Empasa, os índices técnicos do projeto eram muito bons (Francisco de Assis Brasilino Lemos, responsável técnico da Estação de Piscicultura da Empasa em Itaporanga).

Convém ressaltar, ainda, a importância que assume a assistência técnica e extensão pesqueira para a utilização do crédito como ferramenta para o desenvolvimento local. Esse aspecto não passou despercebido aos delegados da 2ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, quando assim determinaram:

O Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola disponibiliza assistência técnica, garantindo a presença do extensionista nas comunidades pesqueiras, permite a difusão de tecnologias, facilita o acesso ao crédito bancário, viabiliza a organização da cadeia produtiva e incentiva a formação de associações e cooperativas. Essas ações somadas resultam na melhoria da renda do pescador(a) artesanal e da oferta de pescado (BRASIL, 2006, p.22).

Apesar dessas determinações, o Banco do Nordeste do Brasil no Vale do Piancó realizou poucas operações de crédito para pescadores e aquicultores, como já foi observado no mapeamento dos projetos na região. Considerando que o acesso ao crédito é um fator importante para o desenvolvimento local da pesca e da piscicultura, pode-se inferir que a insuficiência dele no Vale dificulta os processos de desenvolvimento do setor pesqueiro regional.

Diante desse cenário, o que se espera é que o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura no Brasil, de 2008, denominado Mais Pesca e Aquicultura, contribua para rever a situação vivenciada no Vale do Piancó, na medida em que pretende “deflagrar amplas e democráticas ações de crédito para o desenvolvimento da atividade aquícola e pesqueira” (SEAP, 2008, p.13).

e) Infraestrutura e insumos

No Vale do Piancó, mais especificamente no município de Itaporanga, concentra-se a maior parte das gerências ou coordenações dos projetos ligados ao Governo Estadual para a pesca e aquicultura. Este município possui, ainda, uma das maiores estações para a produção de alevinos do Nordeste, com capacidade para produzir cerca de cinco milhões de alevinos por ano (EMPASA, 2007). Esta estação é administrada pela Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas (Empasa).

Como se trata de um município que polariza a economia regional de aproximadamente 25 cidades, a infraestrutura básica, estradas, energia elétrica, é adequada para desenvolver atividades produtivas no local. Entretanto, a maior parte dos municípios do Vale do Piancó apresenta dificuldades de acesso à infraestrutura básica. Aspecto que ocasionou dificuldade na execução de projetos de tanques-rede do Projeto Cooperar, particularmente nos municípios de Nova Olinda e Santana dos Garrotes. Os reservatórios onde eram criados os peixes apresentavam dificuldade de acesso viário, principalmente durante o período chuvoso. Este fato está presente em trechos de várias entrevistas, a seguir:

dificuldades de comercialização, dificuldade de acesso, aquisição de alevinos, mortalidade [dos peixes], assistência técnica insuficiente, falta de administração da associação, dificuldade na parte financeira (Manoel Jaci, técnico de Desenvolvimento Rural do Cooperar, em Itaporanga).

dificuldade na compra de alevinos revertidos, falta de preparação da associação para lidar com projeto comunitário – dividiram o capital; dificuldades na venda para chegar ao mercado consumidor, após a chuva tiveram que levar para João Pessoa (Francisco Leite Minervino, gerente regional do Cooperar em Itaporanga).

Essa infraestrutura deficitária na região poderá impedir o desenvolvimento de atividades não apenas na área de pesca e piscicultura, mas também em outros setores produtivos. No caso específico do setor pesqueiro, essa situação infraestrutural dificulta o escoamento da produção e aquisição de insumos, com prejuízos à cadeia produtiva do pescado.

Quanto aos insumos, estes representam, talvez, o fator limitante mais importante ao se analisar a cadeia produtiva da piscicultura na região. Apesar de Itaporanga dispor de uma das maiores estações de piscicultura do Nordeste, como já foi referido, faltam alevinos para abastecer Itaporanga e o Vale do Piancó em geral. Os alevinos que abastecem a região provêm, principalmente, do município de Mauriti, Ceará, e da Região de São Bentinho, Paraíba, produções particulares de caráter comercial. Este fato está registrado no trecho da entrevista, a seguir:

As maiores dificuldades do Vale do Piancó dizem respeito à dificuldade na aquisição de alevinos de qualidade, dificuldades na compra de ração, manejo incorreto dos peixes; os projetos coletivos foram mais problemáticos, intrigas... dificuldades em mudar a cultura (Nilson de Brito Lira, coordenador regional da Emater em Itaporanga).

Ao lado disso, a dificuldade na aquisição de ração, como observado na fala acima, é também um dos fatores impeditivos para o desenvolvimento da atividade aquícola local. O comércio do lugar não consegue abastecer os criadores, sendo necessário adquirir esse insumo fora do Vale do Piancó, a um custo mais elevado, dado o acréscimo do frete.

Essas dificuldades implicam um desenvolvimento rudimentar das atividades de pesca e piscicultura na região do Vale, traduzido na redução dos lucros, no aumento dos custos e na redução do interesse dos atores locais pela atividade. Na realidade, traz implicações para o desenvolvimento local, pois os açudes, barragens e represas não conseguem ultrapassar a condição de potencialidade econômica endógena.

f) Sustentabilidade das políticas públicas, experiências negativas e ingerências

Com a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (Seap/PR), o Brasil passou a conhecer um ambiente mais favorável ao desenvolvimento do setor pesqueiro, particularmente no que diz respeito à aquicultura. Esse cenário permitiu o aparecimento de políticas públicas mais convergentes, a julgar pela opinião de Felipe Matias, diretor de Desenvolvimento da Aquicultura da Seap/PR, em Brasília. Diz ele:

Um dos pontos mais positivos hoje é a convergência de opiniões de que deveria haver uma política nacional de aquicultura e pesca como um todo e não para setores específicos. Pela primeira vez no Brasil existe um Plano que envolva a pesca e aquicultura. Pode haver gente contra ou a favor deste plano, mas não se pode mais dizer que não existe uma política para o setor da Aquicultura Seap/PR em Brasília).

Fato é que, no Vale do Piancó, a sustentabilidade das políticas públicas para o desenvolvimento da aquicultura e pesca se vê comprometida, diante da descontinuidade dos projetos na região. As diferenças político-partidárias entre o Governo do Estado da Paraíba e o Governo Federal (Seap/PR), as fragilidades das associações de pescadores, a incipiente assistência técnica e extensão rural, como já foram observadas, têm contribuído para o insucesso dos projetos para o setor pesqueiro local. Esses aspectos são reafirmados por técnicos regionais:

Esperava-se que houvesse autossuficiência do projeto de tanques-rede do Cooperar em Nova Olinda e em Santana dos Garrotes, mas não existiu (Manoel Jaci, técnico de Desenvolvimento Rural do Cooperar em Itaporanga).

Nenhum dos projetos está em execução (Francisco Leite Minervino, gerente regional do Cooperar em Itaporanga).

Os projetos não tinham continuidade ou ficaram no papel...os executados pelo BNB ficaram funcionando cerca de 6 meses (um ciclo) (Nilson de Brito Lira, coordenador regional da Emater em Itaporanga).

Os diversos insucessos dos projetos para o setor pesqueiro do Vale do Piancó podem gerar na população e, principalmente, entre os produtores, um descrédito pelas atividades ligadas à pesca e aquicultura. Além disso, as relações sociais e institucionais pautadas na descontinuidade de projetos públicos criam, no local, um ambiente desfavorável ao desenvolvimento endógeno.

g) Aspectos ambientais

A questão ambiental que, historicamente, foi colocada como um elemento secundário nos projetos de desenvolvimento, hoje está no cerne das discussões. Os projetos de piscicultura estão diretamente ligados a esse fator quando são necessárias as outorgas de uso d'água e licenciamentos ambientais para implantação do cultivo de peixes ou de qualquer outra atividade aquícola. Essas exigências de ordem ambiental, muitas vezes, visualizadas como vetor do atraso na implementação dos projetos, como se refere o secretário executivo da Pecuária e Pesca da Paraíba, representam, na realidade, um avanço nas políticas públicas. No desenvolvimento local, o aproveitamento de potencialidades endógenas, como os recursos hídricos do Vale do Piancó, não pode desconsiderar a variável sustentabilidade ambiental. Diz ele:

As outorgas e licenciamentos ambientais também contribuíram para o atraso na implantação, principalmente porque a Paraíba não tem uma legislação própria com os níveis da qualidade físico-química das águas dos nossos mananciais. A Metodologia de capacidade de suporte é um tema que deve ser discutido entre os órgãos envolvidos com pescado (Fábio Agra de Medeiros Nápoles, secretário executivo da Pecuária e Pesca da Paraíba).

Nessa perspectiva, lembramos que dados preliminares da Emater (Regional de Itaporanga) apontam para um potencial que excede os 2 bilhões de metros cúbicos d'água,

quando incluído o complexo Mãe d'Água que está situado no município de Coremas (fora da área em estudo), porém há que se considerar dentro da dimensão sustentabilidade ambiental a capacidade de suporte desses ambientes, haja vista que essa capacidade pode ser pequena em detrimento do valor, expressivo, anteriormente citado, ou seja, talvez, a quantidade de tanques rede suportado nos reservatórios do Vale do Piancó seja pequeno comparado com outros de menor volume em outras regiões.

O Projeto Tilápia Paraíba, por exemplo, teve suas ações paralisadas, por alguns meses, enquanto se definia uma metodologia de análise da capacidade de suporte dos recursos hídricos. Inclusive, segundo entrevistas informais, os projetos de piscicultura destinados ao Vale do Piancó não foram executados, entre 2003 e 2007, porque estavam inadequados aos padrões ambientais exigidos pelos órgãos competentes.

Em síntese, a utilização dos métodos de análise de capacidade de suporte dos recursos hídricos, necessários à obtenção do licenciamento ambiental em projetos de tanques-rede, é uma das ferramentas que asseguram a viabilidade ambiental das políticas públicas. E, conseqüentemente, são estratégias que contribuem para o desenvolvimento local.

CONCLUSÕES

O objetivo desta pesquisa foi mapear as políticas públicas por meio dos projetos estabelecidos pelas organizações governamentais para o desenvolvimento local da pesca artesanal e na região do Vale do Piancó, Paraíba, entre 2003 e 2007. Nesse processo, não se perdeu de vista a construção do capital social interinstitucional para o desenvolvimento local.

Como foi observado nesta pesquisa, que sete projetos foram elaborados por organizações governamentais para o desenvolvimento do setor pesqueiro do Vale do Piancó, direcionados, principalmente, à implantação de projetos de piscicultura em tanques-rede, a financiamento do Pronaf, à assistência técnica e peixamento de açudes públicos. Dos 19 municípios do Vale, quase a totalidade deles foi atendida por, pelo menos, um desses projetos.

Os projetos implementados para o desenvolvimento da pesca e da piscicultura no Vale do Piancó não atingiram os objetivos a que se propuseram na região. Todos não obtiveram sustentabilidade temporal, e hoje nenhum está em funcionamento. Vários fatores concorreram para o malogro desses projetos no Vale do Piancó. Do ponto de vista do capital social interinstitucional, o que se observou nos projetos analisados é que essa dimensão importante dos processos de desenvolvimento local não foi construída a partir das interações locais entre as organizações públicas e os contextos populares da pesca na região. O capital social evidenciado nos projetos se limitou a determinações de ordem burocrático-institucional, deliberadas em instâncias superiores que extrapolam a dimensão local, que pouco contribui para o desencadeamento de processos de desenvolvimento local.

Essa fragilidade, de alguma maneira, colaborou para que os atores sociais não se apropriassem dos projetos de pesca e piscicultura (políticas públicas), dada, ainda, à verticalidade dessas intervenções governamentais para o desenvolvimento. Aspecto agravado pela incipiente organização dos pescadores e piscicultores no Vale do Piancó. Que como vimos, surgiu de processos “forçados” de associativismo, para cumprimento de processos burocráticos inerentes à solicitação de outorga de uso d’água e ao licenciamento ambiental aos órgãos competentes.

Nestes termos, fica perceptível que todos os projetos se traduziram em insucessos que ficaram marcados na memória dos atores sociais da região. Desta forma, não existem na região do Vale do Piancó políticas públicas que se traduzam como experiências que obtiveram êxito, entre 2003 e 2007, para o setor pesqueiro.

Segundo Costa (2007), ao analisar a região do Cariri paraibano, especificamente Serra Branca e Monteiro, percebe-se que este fato, evidenciado no Vale do Piancó, retrata fielmente que as políticas públicas foram desenvolvidas de forma verticalizadas e sem a devida construção do capital social necessário. Claro que, como dito anteriormente, não queremos aqui afirmar que não ocorreram algumas parcerias, porém a fragilidade delas não contribuiu para desencadear processos de desenvolvimento local. Pois, como Costa (2007) afirma, o Capital Social é uma das variáveis importantes para o desenvolvimento, aqui entendido como desenvolvimento local. Neste ambiente, faltam elementos ou instituições que favoreçam a construção desse capital social interinstitucional. E este fato talvez seja um dos maiores entraves para o desenvolvimento local da região, especialmente para aproveitar o maior potencial de água armazenada no Estado da Paraíba e convertê-lo em desenvolvimento sustentável, qualidade de vida, e em inclusão. E, conforme Freire (1977), neste processo é necessária a busca de uma comunicação (parceria) de forma dialógica e horizontalizada que se traduza em ferramenta de inclusão.

Como a situação é extremamente complexa na região do Vale do Piancó, e talvez na própria Paraíba, é necessário despertar os atores locais, regionais e até estaduais para que eles possam se empoderar e passar a se ver como elementos transformadores do processo e da sua própria realidade.

Colocamos aqui como premissa, talvez, para tal, a ação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (Seap/PR) – Escritório Paraíba, através de parcerias com instituições, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da

Paraíba (Emater-PB), pode estimular os processos de construção de Capital Social Interinstitucional para o Desenvolvimento Local, através do fortalecimento da população e das instituições postas no Vale do Piancó e no próprio Estado. Dentro da perspectiva do desenvolvimento local, buscando aproveitar os potenciais e oportunidades dessas instituições, minimizar suas fraquezas e ameaças para contribuir para os processos de desenvolvimento do Vale do Piancó.

Justamente, nessas fraquezas e potenciais residem mais elementos que nos dão suporte para inferir que o processo de desenvolvimento local no Vale do Piancó está severamente comprometido, haja vista que esta perspectiva de desenvolvimento não está sendo devidamente utilizada nas propostas de projetos executados na região. E lembramos que, o desenvolvimento local não é a solução de todos os problemas para nossa sociedade, diz Oliveira (2001). Contudo, segundo Santos (2005), é uma forma de reverter os processos de exclusão advindos do modelo convencional de desenvolvimento. E em nossa região em estudo, a falta de elementos de desenvolvimento local nas políticas públicas está perpetuando um círculo vicioso de processos de exclusão.

Dentro da perspectiva do desenvolvimento local, o Vale do Piancó dispõe de fatores endógenos e exógenos que se traduzem em fortalezas e oportunidades para o desenvolvimento. Exemplo claro disso é o potencial hídrico da região; a diversidade de associações para o setor pesqueiro, hoje instaladas; a demanda por parte dos produtores para desenvolver atividades ligadas à pesca e principalmente para a aquicultura e a existência de inúmeras coordenações ou gerências regionais de instituições instaladas no Vale. Contudo, não podemos esquecer também as fraquezas e ameaças (endógenas e exógenas). Entre elas, podemos destacar a fragilidade na construção do capital social interinstitucional a partir do local e a desconsideração dos elementos de desenvolvimento local na elaboração das políticas públicas; as disputas político-partidárias que dificultam a construção de parcerias interinstitucionais efetivas, inclusive entre organizações estaduais e federais de apoio à pesca e aquicultura; a desorganização da cadeia produtiva do pescado na região, demonstrada através da dificuldade de acesso a insumos; a falta de uma cultura ou tradições na população para a piscicultura; a incipiência na assistência técnica, extensão pesqueira e aquícola, além da dificuldade de acesso ao crédito do Pronaf; e a fragilidade das organizações de representação dos pescadores, aquicultores e agricultores na região, haja vista a forma como foram construídas.

Neste cenário complexo, constata-se que não se utilizam as políticas públicas direcionadas à pesca e aquicultura como estratégia de estimular a construção capital social, no local, para o desenvolvimento regional, assim como as dimensões do desenvolvimento local não estão sendo consideradas naquelas ações, desde sua concepção. Assim é de se perguntar: O Vale do Piancó continuará sendo um local onde as pessoas e os recursos naturais serão apenas potenciais, mas que nunca se traduzirão e promoverão as necessárias transformações?

Para solucionar essa situação sugerimos incorporar elementos do capital social interinstitucional construído com as comunidades pesqueiras e as dimensões do desenvolvimento local nas políticas públicas no Vale do Piancó para o desenvolvimento do setor pesqueiro. Neste sentido, inicialmente, talvez, seja necessária a construção de parcerias institucionais, bilaterais, entre órgãos como a Seap/PR (Paraíba) e a Emater-PB que incentivem a agregação posterior de outros órgão, criando redes de organizações de apoio ao setor pesqueiro e conseqüentemente o fortalecimento do capital social interinstitucional local.

REFERÊNCIAS

ADESE. **Comitê de bacia hidrográfica do rio Piranhas-Açu – normas do processo eleitoral**. Natal: ADESE, [2008?]. 19 p. Cartilha de divulgação.

ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia. **Informações e conhecimentos na inovação e no desenvolvimento local**. Ci. Inf., Brasília, v.33, n.3, p.9-16. set/dez. 2004.

ARRETCHE, MARTA. **Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas**. RBCS, Vol. 18 n.51, p.07-09. fev. 2003.

BANCO DO BRASIL. **O desenvolvimento regional sustentável**. Banco do Brasil, [2007?]. 12 p. Cartilha de divulgação.

BNB. **Relatório: atividades financiadas por produto**. Banco do Nordeste do Brasil. Itaporanga (PB): BNB, 2009. relatório extraído do sistema informatizado da agência de Itaporanga.

BOURDIEU, Pierre. **The forms of capital**. 1983. p 46-52. Disponível em: <<http://econ.tau.ac.il/papers/publicf/Zeltzer1.pdf>> . Acesso em: 18 mar. 2009. Disponibilizado em arquivo digitalizado.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **PRONAF**: manual de crédito rural – plano de safra da agricultura familiar – 2004 – 2005. Brasília: MDA, [2004?]. 20p.

_____. Presidência da República, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. **Projeto político estrutural**. Brasília (DF): julho de 2003.

_____. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca . **2ª Conferência nacional de aquicultura e pesca – aquicultura e pesca: uma política de desenvolvimento sustentável para o brasil**. Brasília: Brasil, 2006. 71p. (CD-ROM).

CALLOU, Angelo Brás Fernandes . **A voz do mar**: construção simbólica da realidade dos pescadores brasileiros pela missão do cruzador “José Bonifácio” (1919-1924). 1994, 74p.

_____, Angelo Brás Fernandes. **Extensão rural**: polissemia e memória. Recife: Bagaço, 2007.

_____, Angelo Brás Fernandes; MC INTYRE, Jimmy Peixe; SANTOS, Maria Salett Tauk; BERGONSI, Sandra Suely Soares. **O cooperativismo pesqueiro no brasil e as linhas de financiamento: uma estratégia para o desenvolvimento local?** In: . CALLOU, Angelo Brás Fernandes; TAUk SANTOS, Maria Salett **Associativismo e desenvolvimento local**. (Orgs.). Recife: Bagaço, 2006. p. 111-126.

_____, Angelo Brás Fernandes; TAUk SANTOS, Maria Salett. Extensão pesqueira e gestão no desenvolvimento local. In: org. PRORENDA RURAL. **Extensão pesqueira: desafios contemporâneos**. Recife: PRORENDA RURAL – PE, 2003. P. 223-236.

_____, Angelo Brás Fernandes; TAUk SANTOS, Maria Salett. Estratégias governamentais de comunicação para o associativismo e desenvolvimento local. In: Org. CALLOU, Angelo Brás Fernandes; SANTOS, Maria Salett Tauk (Orgs.). **Associativismo e desenvolvimento local**. Recife, PE: Bagaço, 2006. p. 69-86.

_____, Angelo Brás Fernandes; TAUk SANTOS; Maria Salett;. Políticas públicas e associativismo agrícola no nordeste do Brasil. **Revue UNIRCOOP**, Universidade de Sherbrooke. Canadá, 2008.

CARVALHO, Felipe Eduardo Araújo de. **Extensão pesqueira e desenvolvimento local: a experiência da secretaria especial de aquicultura e pesca no estado de Pernambuco, 2003-2006** . Recife: UFRPE, 2007. 78 p. Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Grauação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEX), da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

_____, Felipe Eduardo Araújo de; CALLOU, Angelo Brás Fernandes. **Extensão pesqueira e desenvolvimento local: a experiência da secretaria especial de aquicultura e pesca no estado de Pernambuco, 2003-2006** . Revista Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local, v.9, n.1, Campo Grande: UCDB, jan/jun. 2008. p. 65-76.

COSTA, Ivani . **O capital social como instrumento para viabilização do desenvolvimento local e sustentável: um estudo comparativo entre localidades participantes do pacto “novo cariri” dentro do programa sebrae-pb / rede delis.** 2007, 119 p. Originalmente apresentada como tese de mestrado em Engenharia de Produção PPGEP / Centro de Tecnologia/ Campus I / Universidade Federal da Paraíba, 2007.

COSTA, Maria Alice Nunes. **Sinergia e capital social na construção de políticas sociais: a favela da mangueira no rio de janeiro.** Rev. Sociol. Polít., n. 21, curitiba, nov/2003.

CUNHA, Elton José da. **Agricultura familiar camponesa X agronegócio.** Recife: Bagaço. 2009. 76 p.

_____, Elton José da. **Comercialização como fator de fortalecimento do associativismo no assentamento minguito – rio formoso – PE.** Recife: UFRPE, 2007. 84 p. Originalmente apresentado como monografia de especialização, Universidade Federal da Paraíba, 2007.

DIEGUES, Antonio Carlos. **A sócio-anthropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil.** Etnográfica, vol II(2), p.361-375.1999.

_____, Antonio Carlos. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.** São Paulo: Ática, 1983. 287p.

_____, Antonio Carlos. **Povos e mares: leituras em sócio-anthropologia marítima.** São Paulo: Hucitec. 1995.

DOWBOR, Ladislau. **Educação e apropriação da realidade local.** ESTUDOS AVANÇADOS 21 (60), p. 75-92. 2007.

EMATER-PB. Empresa de Assistência Técnica e extensão Rural da Paraíba. **Relatório das programações anuais das atividades (pluri anual).** Itaporanga (PB): EMATER-PB, [2003?]. 7p.

_____. Empresa de Assistência Técnica e extensão Rural da Paraíba. **Relatório de informações mensais das atividades (rima).** Itaporanga (PB): EMATER - PB, 2005. 5p.

_____. Empresa de Assistência Técnica e extensão Rural da Paraíba. **Relatório de informações mensais das atividades (rima)**. Itaporanga (PB): EMATER - PB, 2006. 5p.

_____. Empresa de Assistência Técnica e extensão Rural da Paraíba. **Relatório de informações mensais das atividades (rima)**. Itaporanga (PB): EMATER-PB, 2007. 5p.

_____. Empresa de Assistência Técnica e extensão Rural da Paraíba. **Relatório de atividades 2006**. Cabedelo (PB): EMATER - PB, 2007. 32p.

_____. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Histórico**, [2008?]. Disponível em: <<http://emater.no-ip.org/v2/historico.php>> . Acesso em: 18 mar. 2009.

EMPASA. Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas . **Relatório de piscicultura- ano: 2005**. João pessoa (PB): EMPASA, janeiro de 2006.

_____. Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas . **Relatório de piscicultura- ano: 2006**. João pessoa (PB): EMPASA, janeiro de 2007.

_____. Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas . **Relatório de piscicultura- ano: 2007**. João pessoa (PB): EMPASA, janeiro de 2008.

_____. Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas. **Quem somos**, [2008?]. Disponível em: <<http://www.empasa.pb.gov.br/somos.php>> . Acesso em: 18 mar. 2009.

_____. Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas . **Relatório de piscicultura- ano: 2003**. João pessoa (PB): EMPASA, janeiro de 2004.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **Idéias, conhecimentos e políticas públicas- um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes**. RBCS, Vol. 18, n.51, p.21-29. fev. 2003.

FERNANDES, Valdir; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Formulação de estratégias de desenvolvimento baseado no conhecimento local**. RAE-eletrônica, v.5, n.2, Art. 11, jul/dez. 2006.

FRANCO, Augusto de. **Capital social: leituras de tocqueville, jacobs, putnam, fukuyama, maturana, castells e levy**. Brasília: Instituto de Política, 2001. p.69-90.

_____, Augusto de. **Pobreza e desenvolvimento local**, [2005?] Disponível em: <<http://www.augustodefranco.org/conteudo.php?cont=textos&id=P22>>. Acesso em: 07 jan. 2005.

FREIRE, Paulo **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira, Prefácio de Jacques Chonchol. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 93 p.

FREY, Klaus. **Desenvolvimento sustentável local na sociedade em rede: o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 21 , p. 165-185. nov. 2003.

HAZIN, Fábio Hissa Vieira.; MATTOS, Sérgio Gomes; PEDROSA, Beatriz Mesquita J.; LINS, J. & VASCONCELOS, J. A. **Diagnóstico da pesca artesanal marítima do rio grande do norte**. Rio Grande do Norte: FUMPEC-UFRN. 1997. 78 p.

JARA, Carlos Julio. **A sustentabilidade do desenvolvimento local**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA): Recife: Secretaria do Planejamento do Estado de Pernambuco – Seplan, 1998. 316p.

KHAN, Ahmad Saeed; SILVA, Lucia Maria Ramos. **Capital social das comunidades beneficiadas pelo programa de combate à pobreza rural – pcpr/projeto são José – psj – estado do ceará**. RER, Rio de Janeiro, vol. 43, n.01, p. 101-117. jan/mar. 2005.

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela, Silvana Cobucci Leite, 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília (DF):UNESCO, 2003. p. 69-103.

LACKI, Pólan. **Desenvolvimento agropecuário: da dependência ao protagonismo do agricultor**. 4. ed., Fortaleza: BNB/FAO. Escritório Regional da FAO para a América Latina e o Caribe, 1996. 180 p.

LOUREIRO, Camila; CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Extensão rural e desenvolvimento com sustentabilidade cultural: o ponto de cultura no sertão pernambucano (Brasil). **Revista Interações** – Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol.8, n.2, p. 213-221. set. 2007.

MAGALHÃES, André Matos; NETO, Raul Silveira; DIAS, Fernando de Mendonça; BARROS, Alexandre Rands. **A experiência recente do pronaf em Pernambuco: uma análise por meio de propensity score**. Econ. Aplic., 10(1), p. 57-74. jan-mar 2006.

MARQUES, Eduardo Cesar. **Redes sociais e instituições na construção do estado e da sua permeabilidade**. RBCS vol. 14 n. 41, p. 45 – 67. out. 99.

MARTELETO, Regina Maria; SILVA, Antonio Braz de Oliveira e. **Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local**. Ci. Inf., Brasília, v.33, n.3, p.41-49. set/dez. 2004.

MATTOS, Solange Maria da Silva Nunes; DRUMMOND, José Augusto. O terceiro setor como executor de políticas públicas: ong's ambientalistas na Baía de Guanabara (1990-2001). **Revista de Sociologia Política**. Curitiba, 24, p. 177-192. 2005.

MAYORGA, Fernando Daniel de Oliveira; KHAN, Ahmad Saeed; MAYORGA, Ruben Dario; LIMA, Patrícia Verônica P.Sales. **Capital social, capital físico e a vulnerabilidade do sertão: o caso das comunidades de lustal e sítio lagoa no município de Taua, Ceará**. RER, Rio de Janeiro, vol. 42, n. 01, p. 111-132. jan/mar 2004.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política nacional de assistência técnica e extensão rural – pnater**. Brasília: MDA, 2004. 26p.

MONTEIRO, Ana; COIMBRA, Cecília; FILHO, Manoel Mendonça. Estado de direito e políticas públicas: estatal é necessariamente público? **Psicologia & Sociedade**; 18 (2), p. 7-12. mai / ago. 2006.

NEIVA, Getulio de Sousa. 1990. **Subsídios à política pesqueira nacional**. 53p. Mimeo

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local ?** São Paulo: Polis - Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001. 40 p. Originalmente apresentada como tese de doutorado, Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 1994.

OSTRENSKY, Antonio; BORGHETTI, José Roberto; SOTO, Doris. **Aquicultura no Brasil: o desafio é crescer**. Brasília: FAO, 2008. 276 p.

PARAÍBA Governo do Estado da Paraíba . **Governo implantará o projeto tilápia paraíba em 20 municípios**. 17 de janeiro de 2008, [2008?]. Disponível em: <<http://www.paraiba.br.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2009.

_____. Governo do Estado da Paraíba. **Projeto “tilápia paraíba” ampliará produção de peixes no estado**. 14 de abril de 2008, [2008?]. Disponível em: <<http://www.paraiba.br.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2009.

_____. Governo do Estado da Paraíba / Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano. **Projeto “arranjo produtivo de produção superintensiva de tilápia em tanques-rede**, [2006?]. 19p.

_____. Governo do Estado da Paraíba. **Manual da comunidade**. João Pessoa (PB): Secretaria de Planejamento / Projeto Cooperar. 2002. 25p.
PARAÍBA. Secretaria do Desenvolvimento da Agropecuária e Pesca. **Mais**, [2009?]. Disponível em: <<http://www.saia.pb.gov.br/mais.html>> . Acesso em: 18 mar. 2009.

_____. Governo do Estado da Paraíba . Secretaria de Desenvolvimento Humano da Paraíba. **Nossa história**, [2009?]. Disponível em: <<http://www.setras.pb.gov.br/nossahistoria.shtml>>. Acesso em: 20 mar. 2009.

PORTAL PROGRESSO. **Ações do projeto cooperar já beneficiam 70 mil famílias em todas as regiões do estado**. Produzido em 17 de fevereiro de 2009, 2009. Disponível em: <<http://www.portalprogresso.com>> . Acesso em: 18 mar. 2009.

POSMEX. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da UFRPE. **Pescando pescadores: políticas públicas e extensão pesqueira para o desenvolvimento local**. Projeto apresentado pelos Programas de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da UFRPE e Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE, ao CNPq. Recife, 2006.p. 31.

REBOUÇAS, Gabriel Nunes Maia; FILARDI, Ana Carla Leão; VIEIRA, Paulo Freire. Gestão integrada e participativa da pesca artesanal: potencialidades e obstáculos no litoral do estado de Santa Catarina. **Ambiente & Sociedade**. Vol. IX, n.2, p.83-104. jul / dez. 2006.

RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira; LIMA, Aline Barbosa de; SOARES, Ana Bernadete Accioly; PEREIRA, Alecsandra. Pobreza rural e políticas públicas: o pronaf e o projeto cooperar na Paraíba. **Revista Cadernos do Logepa**, Série texto didático, ano 2, n.3, p.40-48. jan/abr de 2003.

SAMPAIO, Cenira Almeida. A comunicação rural em tempos de negócios e parcerias: uma alternativa para o desenvolvimento local. In: CALLOU, Angelo Brás Fernandes (org.). **Comunicação rural, tecnologia e desenvolvimento local**. Secretaria editoria e revisão Arthur da C. Perruci; Felipe E. A. De Carvalho. São Paulo: INTERCOM; Recife: Bagaço, 2002.

SANTOS, Boa Ventura de Sousa (Org.). **A Globalização e as ciências sociais**. 3. ed., São Paulo, Cortez, 2005.

SAWAYA, Ana Lydia. **Políticas públicas: pontos de métodos e experiências**. Estudos Avançados, 20 (56), p. 131-147. 2006.

SEAP. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – Gerência de Cooperativismo. **Relação de organizações**. Brasília: SEAP, 2007. 455p. Disponível em: <http://200.198.202.145/seap/pdf/ger_coo_relacao_organiz.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2009.

_____. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. **Tilápia produzida no sertão da Paraíba começa a ser comercializada**. Mar/2007, [2007?]. Disponível em: <http://200.198.202.145/seap/pdf/til_sert_pb_minis.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2009.

_____. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. **“Mais pesca e aquicultura” – plano de desenvolvimento sustentável (2008-2011)**. Brasília: SEAP, [2008?]. 24p.

SILVA, José Flávio Marques da Silva; TONDO, Isabel de Souza Pereira; LIMA, Jandir Ferreira de. **Desenvolvimento local em guaíra: impasses e alternativas**. Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol.8, n.2, p. 165-174. set. 2007.

SILVA, Josenildo Sousa e; CALLOU, Angelo Brás Fernandes. A extensão pesqueira no projeto prorenda rural – pe: o caso da colônia dos pescadores de ponta de pedra z-3, Goiana/PE. In: PRORENDA RURAL. **Extensão pesqueira: desafios contemporâneos**. Recife: PRORENDA RURAL-PE, 2003. p.43-66.

_____, Josenildo Sousa e; CARRIÇO, José Milton; CARVALHO, Felipe E.A.; A. E. PERRUCI; L. S. SILVA & T. BRITO. 2002. **Perfil da pesca artesanal do litoral norte de Pernambuco: aspectos socioeconômicos e ambientais**. (Relatório Final). Recife. 65p.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão de literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p.20-45. jul/dez 2006.

TAPIA, Jorge Ruben Biton. **Desenvolvimento local, concertação social e governança – a experiência dos pactos territoriais na Itália**. SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, v. 19, n.1, p. 132-139. jan/mar, 2005.

VASCONCELOS, Marcelo; DIEGUES, Antonio Carlos; SALES, Renato Rivabem. **Relatório integrado: diagnóstico da pesca artesanal no Brasil como subsídio para o**

fortalecimento institucional da secretaria especial de aquicultura e pesca – versão preliminar. [2005?]. 261p. Disponível em:

<<http://200.198.202.145/seap/conap/planejamento/Pesca%20Artesanal%20no%20Brasil%20%E2%80%93%20PNUD%2005>> Acesso em: 02 abr. 2009.

VECCHIATTI, Karin. **Três fases rumo ao desenvolvimento sustentável – do reducionismo à valorização da cultura.** SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, 18 (3), p. 90-95. 2004.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico rural participativo: guia prático drp.** Brasília: MDA / Secretaria de Agricultura Familiar. 2006. 62p.

VILLA, Rafael Duarte. **Política externa brasileira – capital social e discurso democrático na América do Sul.** RBCS. Vol 21 n. 61. junho/2006.

ZANCAN, Lenira; ADESSE, Leila. Informações sobre a cooperação Brasil – Canadá em promoção da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, 9 (3), p. 739-744. 2004.

ZAPATA, Tania; OSÓRIO, Carlos Humberto; ARNS, Paulo César; PARENTE, Silvana; JORDAN, Arturo. **Gestão participativa para o desenvolvimento local.** PNUD / BNDES, Recife: Gráfica Santa Marta, 2000.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE POS GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL E
DESENVOLVIMENTO LOCAL - POSMEX**

**POLÍTICAS PÚBLICAS E CAPITAL SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO
LOCAL DA PESCA E AQUICULTURA NA REGIÃO DE ITAPORANGA-PB- 2003 a
2007.**

Roteiro de entrevista

Entrevistado: _____

Cargo / função: _____

Entidade representada: _____

Local: _____

Data: _____

1. Você conhece instituições/órgãos governamentais que já desenvolveram projetos/programas para pescadores, aqüicultores (piscicultores) na sua região, fale sobre as ações?

2. Qual a relação da instituição com a pesca e aquicultura (piscicultura) artesanal?

3. Quais as ações que sua instituição desenvolveu entre 2003 a 2007 voltadas para a pesca e aquicultura (piscicultura) artesanal?

4. Quais entidades / grupos envolvidos na construção, execução e avaliação das mesmas?

5. Como foram construídas, executadas e avaliadas as ações (projetos/programas)?

6. Quais resultados esperados e alcançados?

7. Quais facilidades / dificuldades encontradas?

ANEXO

ANEXO A – Mapa da área de atuação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba, destacando suas regiões administrativas (regionais) e seus escritórios locais, nos 223 municípios paraibanos.

